CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário

iGovTIC-JUD 2026

Resultado Geral

Agosto de 2026

Sumário

1 Introdução 3
1.1 Breve histórico 3
1.2 O ciclo 2021/2026 4
1.2.1 Aprimoramentos do Ciclo 2026 4
2 Composição geral do iGovTIC-JUD 6
2.1 Distribuição das perguntas do iGovTIC-JUD em Seções 6
1.3 Painel do iGovTIC-JUD 6
3 Classificação dos Órgãos por Segmento e Porte 7
4 Metodologia de cálculo do iGovTIC-JUD – 2026 8
4.1 Regras de exceção para o iGovTIC-JUD 2026 8
4.1.1 Aplicabilidade da Pergunta da Área de TIC 8 para os TRTs no iGovTIC-JUD 2026 8
4.1.2 Aplicabilidade da Pergunta da Área de TIC 11 para os TREs no iGovTIC-JUD 2026 8
4.2 Pontuação atrelada com a validação da evidência submetida pelo órgão ao CNJ: 9
4.3 Cálculo do iGovTIC-JUD 2026: 12
4.4 Exemplo de cálculo do iGovTIC-JUD – 2026 14
5 Resultados do iGovTIC-JUD 2026 17
5.1 Média Geral e por Domínio do iGovTIC-JUD 2026 17
5.2 Distribuição geral por nível de maturidade do iGovTIC-JUD 2026 17
5.3 Evolução Geral do iGovTIC-JUD por Segmento 18
5.4 Evolução do iGovTIC-JUD em Governança e Gestão de TIC por Segmento 18
5.5 Evolução do iGovTIC-JUD em Gerenciamento de Serviços de TIC por Segmento 19
5.6 Médias por tema da Seção 1 – Avaliação da Área de TIC 20
5.6.1 Evolução Geral do Poder Judiciário por Tema da Seção 1 – Avaliação da área de TIC 20
5.6.2 Média Geral do Poder Judiciário por Tema da Seção 1 – Avaliação da área de TIC 21
5.6.3 Médias por Segmento e por Tema da Seção 1 – Avaliação da área de TIC 21
5.7 Médias por Segmento da Seção 2 – Avaliação da Área de Negócio 22
5.7.1 Avaliação Geral da Área Negocial por Segmento de Justiça 22
5.7.2 Avaliação Geral da Área Negocial por Segmento no Domínio Governança e Gestão de TIC 22
5.7.3 Avaliação Geral da Área Negocial por Segmento no Domínio Gerenciamento de Serviço de TIC 23
5.8 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Órgãos de Grande Porte 23
5.9 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Órgãos de Médio Porte 24
5.10 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Órgãos de Pequeno Porte 24
5.11 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Tribunais de Justiça Estaduais 25
5.12 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Tribunais Regionais Eleitorais 25
5.13 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Tribunais Regionais do Trabalho 26
5.14 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Tribunais Regionais Federais 26
5.15 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Tribunais da Justiça Militar Estadual 27
5.16 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Tribunais Superiores 27
5.17 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Conselhos 27
6 Resultados do Órgão no iGovTIC-JUD 2026 28
6.1 Classificação Geral – iGovTIC-JUD 2026 28
6.2 Classificação por Segmento – iGovTIC-JUD 2026 31
6.3 Classificação por Porte – iGovTIC-JUD 2026 35

1 Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em cumprimento ao art. 11 da Resolução CNJ nº 370/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), realiza anualmente diagnóstico para aferir o nível de maturidade em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos submetidos ao seu controle administrativo e financeiro.

O diagnóstico é materializado pelo Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), composto por perguntas e itens construídos em consonância com os Viabilizadores de Governança de TIC e com as diretrizes estratégicas estabelecidas na ENTIC-JUD. Sua aplicação ocorre por meio de questionário respondido pelos órgãos, cujo resultado define o nível de maturidade em TIC de cada instituição, permite análises comparativas por segmento e porte e evidencia oportunidades de melhoria.

Nos termos do art. 2º, inciso II, da Resolução CNJ nº 370/2021, os resultados do iGovTIC-JUD integram a meta da ENTIC-JUD, assim enunciada: "Atingir no mínimo 75% dos órgãos do Poder Judiciário com nível de maturidade satisfatório no iGovTIC-JUD até dezembro de 2026". O ciclo 2026, objeto deste relatório, encerra o horizonte de apuração dessa meta com 100% dos órgãos atingindo ou superando a meta, conforme pode ser lido no capítulo 5, Resultados do iGovTIC-JUD 2026.

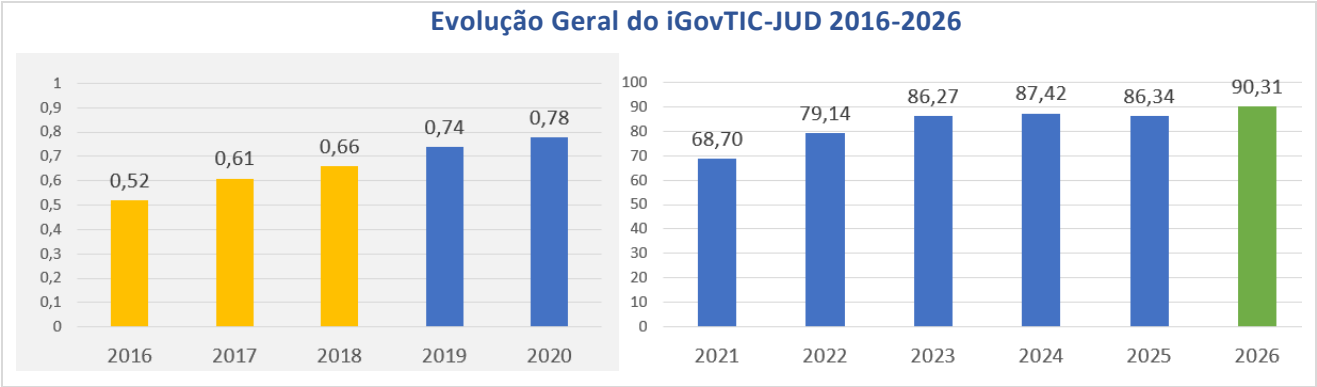
Desde a primeira edição, em 2016, observa-se evolução contínua da maturidade em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC, refletindo o comprometimento dos órgãos do Poder Judiciário com o aprimoramento desses aspectos.

1.1 Breve histórico

A construção do iGovTIC-JUD remonta à Resolução CNJ nº 211/2015, que instituiu a ENTIC-JUD para o período de 2015 a 2020. Com base nesse normativo, o Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (CNGTIC.PJ) e o CNJ elaboraram, em 2016, questionário fundamentado em boas práticas do mercado e do setor público, estruturado em dois domínios: Governança e Gestão de TIC e Infraestrutura de TIC. Esse instrumento deu origem ao iGovTIC-JUD, aplicado de 2016 a 2020.

Com a publicação da nova ENTIC-JUD (Resolução CNJ nº 370/2021), novos requisitos foram estabelecidos e a metodologia foi revisada para atender aos direcionadores do normativo atualizado. Isso resultou na reformulação dos critérios de avaliação, na inclusão de novas perguntas e no aprimoramento da forma de cálculo — que passou a expressar o resultado em escala percentual de 0 a 100, em substituição ao índice de 0 a 1 adotado no primeiro ciclo —, consolidando o iGovTIC-JUD no formato aplicado entre 2021 e 2026.

Como resultado da aplicação do iGovTIC-JUD 2026, o Poder Judiciário obteve a série histórica que evidencia a evolução consistente do nível de maturidade em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos. No primeiro ciclo, o índice geral passou de 0,52, em 2016, para 0,78, em 2020. No ciclo iniciado em 2021, já sob a nova metodologia, o resultado geral avançou de 68,41%, em 2021, para 90,31%, em 2026, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



1.2 O ciclo 2021/2026

O ciclo 2021/2026 corresponde ao segundo período de aplicação do levantamento, iniciado com a entrada em vigor da atual ENTIC-JUD (Resolução CNJ nº 370/2021). Nesse ciclo, o instrumento passou a estruturar-se em duas seções complementares, a Avaliação da Área de TIC e a Avaliação da Área de Negócio, organizadas nos domínios Governança e Gestão de TIC e Gerenciamento de Serviços de TIC, com resultado expresso em escala percentual de 0 a 100 e classificação dos órgãos por nível de maturidade.

Ao longo das seis edições anuais do ciclo, a metodologia foi objeto de aprimoramentos incrementais, preservada a base de comparação entre os anos: revisão periódica dos pesos e das notas dos itens, inclusão de novas perguntas alinhadas aos Viabilizadores de Governança de TIC e exigência de evidências para parte dos subitens do diagnóstico, submetidas e validadas por meio do Serviço de Monitoramento de Atos do CNJ (INTEGRA).

Em 2026, último ano do ciclo, a Portaria CNJ nº 45/2026 instituiu novos procedimentos para o levantamento, com o objetivo de aprimorar a governança e a gestão de TIC no âmbito do Poder Judiciário. Os ajustes específicos desta edição estão detalhados a seguir.

1.2.1 Aprimoramentos do Ciclo 2026

Com o objetivo de aprimorar continuamente o Levantamento e aumentar a precisão dos resultados do iGovTIC-JUD, os pesos das perguntas foram revisados para incentivar os órgãos a priorizarem questões ainda em processo de evolução, ou seja, aquelas que não foram totalmente atendidas.

Desde 2025, todas as respostas do levantamento serão registradas exclusivamente no Serviço de Monitoramento de Atos do CNJ (INTEGRA), eliminando a necessidade de formulários adicionais. Essa mudança visa simplificar o processo, garantir maior rastreabilidade das informações e centralizar a gestão das evidências de conformidade diretamente na plataforma.

É importante ressaltar que o Grau de Conformidade do Integra não influencia a metodologia de cálculo utilizada para a apuração dos resultados do iGovTIC-JUD. O Integra é exclusivamente um instrumento para a validação das evidências apresentadas.

Com base na análise dos dados dos anos anteriores, especialmente nas questões já superadas pelos órgãos do Poder Judiciário, os pesos e as notas dos itens foram redistribuídos.

A melhoria implementada em 2025, que exige o envio de evidências para alguns subitens do diagnóstico, foi mantida para o ciclo de 2026. A submissão dessas evidências será realizada por meio do INTEGRA.

Caso uma evidência não seja aprovada pelo CNJ, o órgão terá um prazo, conforme as etapas do Ciclo de Monitoramento do iGovTIC-JUD 2026, para realizar os ajustes necessários. Após o encerramento desse período, a ferramenta será bloqueada para modificações, e o CNJ procederá com a avaliação final das evidências apresentadas, seguindo as diretrizes estabelecidas no manual do INTEGRA.

A pontuação final dos subitens que exigem comprovação será concedida com base nessa avaliação final do CNJ.



No ciclo de 2026 do iGovTIC-JUD, foram submetidas à validação documental um total de 3.885 evidências, das quais 3.686 (94,88%) foram aprovadas. Esse percentual expressa exclusivamente o resultado da análise documental das evidências enviadas, ou seja, em que medida os documentos apresentados comprovaram as respostas informadas pelos órgãos. As 199 evidências reprovadas (5,12%) o foram por insuficiência ou inadequação da documentação apresentada. Esses números não constituem, portanto, indicador do grau geral de conformidade dos órgãos nem medida de cumprimento integral da ENTIC-JUD, cuja aferição decorre do próprio índice iGovTIC-JUD e que são detalhados no capítulo 5, Resultados do iGovTIC-JUD 2026.

2 Composição geral do iGovTIC-JUD

O iGovTIC-JUD é composto por duas seções, abrangendo os dois domínios da ENTIC-JUD: Governança e Gestão de TIC; e Gerenciamento de Serviços de TIC.

A Primeira Seção é voltada para a autoavaliação da área de TIC dos órgãos, por meio de dois grupos de perguntas: o primeiro com o objetivo de pontuar e medir o grau de maturidade em TIC, e o segundo destinado a realizar um diagnóstico complementar.

A Segunda Seção é dedicada à avaliação do grau de maturidade em TIC pelas áreas de negócio dos órgãos, permitindo uma visão mais integrada e colaborativa.

2.1 Distribuição das perguntas do iGovTIC-JUD em Seções

A tabela abaixo demonstra a distribuição das perguntas pelos temas e domínios estabelecidos na ENTIC-JUD, em duas Seções, permitindo uma avaliação interna da área de TIC e uma avaliação externa da área de negócio:

Perguntas	iGovTIC-JUD 2021/2026
64	**Seção 1 – Avaliação da Área de TIC**
28	**Subseção 1.1 – Perguntas específicas de TIC**
17	**Governança e Gestão de TIC**
2	Estruturas Organizacionais e Macroprocessos
5	Políticas e Planejamento
6	Transformação Digital
2	Atendimento e Suporte ao Usuário
2	Pessoas
11	**Gerenciamento de Serviços de TIC**
4	Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem
4	Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados
3	Sistemas de Informação
36	**Subseção 1.2 – Diagnóstico Complementar**
10	**Seção 2 – Avaliação da Área de Negócio**
5	Governança e Gestão de TIC
5	Gerenciamento de Serviços de TIC

1.3 Painel do iGovTIC-JUD

O CNJ disponibiliza um painel interativo que apresenta diversos gráficos e informações sobre os resultados do iGovTIC-JUD. Nele, é possível visualizar o resultado geral, a média por segmento e por dimensão, a evolução histórica dos dados, além de relatórios detalhados. Também estão disponíveis as notas individuais de cada órgão, as respostas ao questionário, organizadas por órgão e por tipo de pergunta.

Para acessar o painel, visite o *link:*
https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/painel-do-igovtic-jud-do-poder-judiciario

3 Classificação dos Órgãos por Segmento e Porte

Para uma melhor avaliação do comportamento dos dados, os 94 órgãos que responderam ao questionário do Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC, foram classificados nos seguintes segmentos do Poder Judiciário:

- Conselhos, abrangendo os Conselhos de Justiça;
- Superior, abrangendo os Tribunais Superiores;
- Eleitoral, abrangendo os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs);
- Estadual, abrangendo os Tribunais de Justiça (TJs);
- Federal, abrangendo os Tribunais Regionais Federais (TRFs);
- Militar, abrangendo os Tribunais de Justiça Militares Estaduais;
- Trabalho, abrangendo os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).

Tabela 1. Distribuição dos órgãos por segmento em 2026

Segmento	Quantidade
Conselhos	3
Superior	4
Eleitoral	27
Estadual	27
Federal	6
Militar	3
Trabalho	24
TOTAL	**94**

Em consonância com a metodologia adotada pelo caderno Justiça em Números, além da classificação quanto ao segmento, os órgãos foram classificados de acordo com o critério da classificação em portes.

A classificação em portes tem por objetivo criar agrupamentos de forma a respeitar características distintas dentro do mesmo ramo de Justiça. A separação é feita sempre em três grupos, quais sejam: Grande, Médio e Pequeno porte. Os ramos de Justiça que contam com essa separação são: Justiça Estadual (27 tribunais), Justiça do Trabalho (24 tribunais) e Justiça Eleitoral (27 tribunais).

Uma vez que a classificação definida pelo Justiça em Números apenas segmenta os órgãos da Justiça Estadual, do Trabalho e Eleitoral, o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ, com o intuito de propiciar a análise completa dos resultados do levantamento realizado, classificou os demais órgãos a partir da comparação com aqueles categorizados pelo Justiça em Números no que se refere à equivalência dos critérios do orçamento, da capacidade processual e da força de trabalho, resultando na distribuição de portes conforme consta na Tabela 2.

Tabela 2. Distribuição dos órgãos quanto ao porte em 2026.

Porte	Quantidade
Grande	27
Médio	29
Pequeno	38
TOTAL	**94**

4 Metodologia de cálculo do iGovTIC-JUD – 2026

4.1 Regras de exceção para o iGovTIC-JUD 2026

4.1.1 Aplicabilidade da Pergunta da Área de TIC 8 para os TRTs no iGovTIC-JUD 2026

De acordo com o **Ato CSJT.GP.SG.SETIC nº 78, de 7 de agosto de 2023**, o **Plano de Transformação Digital da Justiça do Trabalho (PTD-JT)** foi aprovado como diretriz central para todos os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). Esse plano estabelece que a execução da Transformação Digital nos TRTs deve seguir diretrizes nacionais definidas pelo **Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)**, com colaboração dos tribunais regionais.

Com base nessas diretrizes, a **Pergunta da Área de TIC 8: Sobre o Plano de Transformação Digital (PTD) não se aplica aos TRTs**, uma vez que o planejamento e a execução do PTD-JT são definidos pelo CSJT, e os TRTs não são obrigados a elaborar planos individuais.

Dessa forma, no **iGovTIC-JUD 2026**, para os TRTs, a pontuação referente à **Pergunta 8** foi redistribuída dentro do **Tema 3: Transformação Digital**. Essa redistribuição ocorreu da seguinte forma:

- Originalmente, o **Tema 3** possui **6 perguntas**.
- Como os TRTs não responderam à **Pergunta 8**, a pontuação foi redistribuída entre as **5 perguntas remanescentes**.
- Assim, cada uma dessas perguntas passou a ter um acréscimo de **6%**, garantindo que a avaliação da Transformação Digital nos TRTs seja equitativa e proporcional.

Distribuição de Pontuação no Tema 3 para os TRTs:

Pergunta	Peso Original	Peso Ajustado para TRTs
Pergunta 8	30%	0% (Não se aplica)
Pergunta 9	5%	11%
Pergunta 10	10%	16%
Pergunta 11	25%	31%
Pergunta 12	20%	26%
Pergunta 13	10%	16%

Essa redistribuição garante que a avaliação dos TRTs no **Tema 3** continue equilibrada e alinhada com as diretrizes nacionais estabelecidas pelo CSJT.

4.1.2 Aplicabilidade da Pergunta da Área de TIC 11 para os TREs no iGovTIC-JUD 2026

De acordo com a **Resolução TSE nº 23.417/2014** e demais normativos do **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, os **Tribunais Regionais Eleitorais (TREs)** utilizam o **Processo Judicial Eletrônico (PJe)** como **único sistema judicial**, operando exclusivamente como usuários finais dentro de uma arquitetura **SaaS (Software as a Service)**. Todo o ciclo de vida do **PJe**, incluindo sua integração com a **Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br)**, é conduzido integralmente pelo **TSE**, ficando vedado aos TREs o desenvolvimento, a contratação ou a implantação de qualquer sistema ou módulo diverso do **PJe**.

Diante desse modelo de governança, a **Pergunta da Área de TIC 11: Sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) não se aplica aos TREs**, uma vez que todas as ações relacionadas à integração do **PJe à PDPJ-Br** são realizadas pelo **TSE**. Mesmo que um TRE elaborasse um plano próprio para essa integração, esse documento não teria efeito prático, visto que **a execução das ações, a definição do cronograma e o gerenciamento dos dados estão sob a supervisão direta do TSE**.

Dessa forma, no **iGovTIC-JUD 2026**, para os TREs, a pontuação referente à **Pergunta 11** foi redistribuída dentro do **Tema 3: Transformação Digital**. Essa redistribuição ocorreu da seguinte forma:

- Originalmente, o **Tema 3** possui **6 perguntas**.
- Como os TREs não responderam à **Pergunta 11**, a pontuação foi redistribuída entre as **5 perguntas remanescentes**.
- Assim, cada uma dessas perguntas passou a ter um acréscimo de **5%,** garantindo que a avaliação da Transformação Digital nos TREs seja equitativa e proporcional.

Distribuição de Pontuação no Tema 3 para os TREs:

Pergunta	Peso Original	Peso Ajustado para TRTs
Pergunta 8	30%	35%
Pergunta 9	5%	10%
Pergunta 10	10%	15%
Pergunta 11	25%	0% (Não se aplica)
Pergunta 12	20%	25%
Pergunta 13	10%	15%

Essa redistribuição garante que a avaliação dos TREs no **Tema 3** continue equilibrada e alinhada com as diretrizes nacionais estabelecidas pelo TSE.

4.2 Pontuação atrelada com a validação da evidência submetida pelo órgão ao CNJ:

Para o ano de 2026, a avaliação de determinados aspectos na **Subseção 1.1 - Perguntas Específicas de TIC** foi realizada exclusivamente por meio da **submissão de evidências no INTEGRA**. A aceitação dessas evidências pelo CNJ foi determinante para a pontuação dos subitens que exigem comprovação documental.

Seguindo o **Fluxo de Funcionamento do INTEGRA**, o processo ocorreu da seguinte forma:

1. **Submissão de Respostas e Evidências pelos Órgãos**: Os órgãos cadastraram e validaram suas evidências dentro do prazo estabelecido. Apenas evidências aprovadas pelo servidor que possui o perfil de **Gestor do Órgão no INTEGRA foram** avaliadas pela equipe do CNJ.
2. **Avaliação Inicial pelo CNJ**: O CNJ analisou as evidências aprovadas pelo Gestor do Órgão. Caso a equipe tenha identificado divergência ou mesmo não atendimento dos parâmetros esperados, as evidências foram reprovadas.

3. **Período de Ajustes pelos Órgãos**: Durante este prazo, os órgãos puderam revisar e reenviar as evidências corrigidas conforme as exigências do CNJ.
4. **Avaliação Final pelo CNJ**: Após o encerramento do período de ajustes, o **INTEGRA foi bloqueado para novas modificações**, e o CNJ realizou a **análise final** das evidências.
5. **Pontuação e Divulgação dos Resultados**: As evidências aprovadas definiram a pontuação final do órgão, conforme os critérios estabelecidos.

Evidências que não atenderam aos critérios de aprovação na fase final **não puderam ser mais alteradas** e impactaram a pontuação final do órgão.

Para garantir um correto entendimento e submissão das evidências, as diretrizes específicas estão detalhadas no **Capítulo 6 - Subseção 6.1 - Perguntas Específicas de TIC,** do Manual do Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário.

Ao avaliar a conformidade, a **equipe do CNJ verificou se a opção indicada pelo órgão nos itens e subitens de cada Pergunta no Integra correspondia às evidências aprovadas pelo Gestor do órgão. Em caso de divergência, a evidência foi reprovada, e o item de conformidade recebeu pontuação zero.**

Observação: Os itens e subitens que não exigem comprovação por meio de evidências foram indicados em cada Pergunta e aprovados tacitamente pelo CNJ. No entanto, o órgão precisou prestar a informação correspondente, e a aprovação pelo CNJ ocorreu somente após a validação do Gestor do Órgão responsável. No campo de descrição da evidência, o órgão pôde incluir suas observações, se necessário.

A seguir, são apresentados exemplos de como foi conduzida a avaliação pelo CNJ, demonstrando a aplicação dos critérios definidos para cada item de conformidade. Os exemplos ilustram as formas de comprovação aceitas, os requisitos documentais exigidos e a metodologia utilizada para a validação das evidências apresentadas pelos órgãos.

Exemplo:

Pergunta da Área de TIC 24: Sobre o Plano de Gestão de Riscos de TIC:

Subitem	Tipo	Respostas	Nota 2026	Validação para pontuação	
				Órgão	CNJ
24.1	Lista	É formalmente instituído.	5		X
24.2	Lista	É formalmente instituído e os processos foram definidos.	20		X
24.3	Lista	É formalmente instituído, os processos foram definidos e são executados.	95		X
24.4	Lista	É formalmente instituído, os processos foram definidos, são executados e são revisados periodicamente.	100		X

Evidência requerida para os subitens 24.1 a 24.4:

Documento Comprobatório Formal:

Conteúdo: Arquivo único em formato PDF pesquisável (OCR) contendo:

- **Capa/Resumo Obrigatório**: Extrato detalhado incluindo:
    - **Identificação do Documento**: Título, número (se aplicável) e data de emissão do plano (ex. “Portaria nº 123/2024, 01/10/2024”).
    - **Resumo Objetivo**: Referências específicas dos subitens com páginas do PDF e breve resumo da situação apresentada, como:
        - “24.1 - Pág. 2-5: Portaria nº 123/2024 institui o Plano em 01/10/2024.”
        - “24.2 - Pág. 6-10: Processos definidos para identificação de riscos em out/25.”
        - “24.3 - Pág. 11-15: Execução com mitigação de 3 riscos em jan/26.”
        - “24.4 - Pág. 16-18: Revisão anual em fev/26 ou criação recente (out/25) sem revisão adicional.”
- **Plano Formalizado (24.1)**: Ato normativo (ex. portaria, resolução) ou documento institucional que oficializa o Plano (ex. “Portaria nº 123/2024 institui o Plano em 01/10/2024”).
- **Processos Definidos (24.2)**: Descrição detalhada dos processos do plano (ex. “Identificação, avaliação e mitigação de riscos de TIC”).
- **Execução do Plano (24.3)**: Evidências de ações práticas entre setembro de 2025 e março de 2026, como:
    - Registros de reuniões (ex. “Ata de 15/11/2025: análise de riscos”).
- **Revisão Periódica (24.4)**: Evidências de revisão anual (ex. “Relatório de fev/26: atualização do plano”) ou, se criado nos últimos 12 meses (mar/25 a mar/26), a data de instituição que comprova atualização (ex. “Plano criado em out/25”).

Exemplos de Aplicação:

Respostas no Integra	Evidências apresentadas	Pontuação
24.3	PDF com capa Evidências indicam execução, mas falta formalização.	0 pontos
24.3	PDF com capa 24.1 nas págs. 2-5: instituição out/22. 24.2 nas págs. 6-10: processos. 24.3 nas págs. 11-20: execução.	95 pontos
24.4	PDF com capa 24.1 nas págs. 2-5: instituição out/22. 24.2 nas págs. 6-10: processos. 24.3 nas págs. 11-15: execução jan/26. 24.4 nas págs. 16-18: revisão fev/26.	100 pontos
24.4	PDF com todos os elementos exigidos, porém sem capa/resumo.	0 pontos

Observação: Em caso de divergência entre a indicação do subitem da Pergunta e a documentação apresentada, a evidência foi reprovada, e o item de conformidade recebeu pontuação zero**.**

4.3 Cálculo do iGovTIC-JUD 2026:

Para o cálculo do iGovTIC-JUD – 2026, são considerados sete níveis de consolidação:

1. Nota do Item da Pergunta da Área de TIC(NI-TIC)
2. Nota Final da Pergunta da Área de TIC (NFP-TIC)
3. Nota Final do Tema (NFT)
4. Nota Final da Avaliação da Área de TIC (NF-TIC)*
5. Nota Final da Pergunta da Área de Negócio (NFP-AN)
6. Nota Final da Avaliação da Área de Negócio (NF-AN)
7. Nota Final do iGovTIC-JUD*

* O Calculo dos itens 4 e 7 são condicionados à avaliação das evidências apresentadas pelos órgãos por parte do CNJ .

A metodologia para o cálculo do iGovTIC-JUD – 2026 é descrita conforme detalhamento das fórmulas a seguir:

Seção 1 – Avaliação da Área de TIC:

Subseção 1.1 – Perguntas Específicas da Área de TIC:

Nota do Item da Pergunta da Área de TIC (NI-TIC): os itens das perguntas da Área de TIC são valorados de 0 a 100 pontos, de acordo com o seu grau de importância.

Nota Final da Pergunta da Área de TIC (NFP-TIC): cada pergunta da área de TIC é composta por itens. O somatório dos itens, de cada pergunta, resultará na Nota Final da Pergunta da Área de TIC (NFP-TIC), que pode variar de 0 a 100 pontos, conforme fórmula abaixo:

- NFP-TIC = Nota Final da Pergunta da Área de TIC
- NI-TIC = Nota do Item da Pergunta da Área de TIC

NFP-TIC = NI-TIC1 + NI-TIC2 + ... + NI-TICn

Nota Final do Tema (NFT): as perguntas da área de TIC são agrupadas por temas. Cada pergunta possui um peso definido, em porcentagem, de acordo com o seu grau de importância para o tema. O somatório dos pesos de todas as perguntas do tema resultará em 100%. Veja:

- NFT = Nota Final do Tema
- NFP-TIC = Nota Final da Pergunta da Área de TIC
- PP-TIC = Peso da Pergunta da Área de TIC

NFT = (NFP-TIC1 * PP-TIC1%) + (NFP-TIC2 * PP-TIC2%) + ... + (NFP-TICn * PP-TICn%)

Nota Final da Avaliação da Área de TIC (NF-TIC): o resultado é obtido pela média aritmética das Notas Finais dos Temas (NFTs), conforme fórmula abaixo:

NF-TIC = (NFT1 + NFT2 + ... + NFT8) / 8

Seção 2 – Avaliação da Área de Negócio:

Nota Final da Avaliação da Área de Negócio (NF-AN): o resultado é obtido por meio da média ponderada das Notas Finais das Perguntas da Área de Negócio (NFP-AN), conforme a fórmula abaixo:

- NFP-AN = Nota Final da Pergunta da Área de Negócio
- PP-AN = Peso da Pergunta da Área de Negócio

NF-AN = (NFP-AN1 * PP-AN1%) + (NFP-AN2 * PP-AN2%) + ... + (NFP-ANn * PP-ANn%)

Resultado Geral do iGovTIC-JUD – 2026:

Nota Final do iGovTIC-JUD: calculada pelo somatório ponderado das Notas Finais da Avaliação das áreas de TIC e de Negócio, utilizando a seguinte fórmula:

iGovTIC-JUD = (NF-TIC * 0,9) + (NF-AN * 0,1)

Cabe destacar que NF-TIC representa a Nota Final da Avaliação da Área de TIC e NF-AN representa a Nota Final da Avaliação da Área de Negócio. A ponderação de 90% para a área de TIC e 10% para a área de Negócio tem como objetivo reconhecer a importância da contribuição da área de Negócio na avaliação da entrega de valor da área de TIC.

Dessa forma, a partir do resultado obtido, cada órgão é classificado de acordo com seu nível de maturidade.

Cabe destacar que com a finalidade de assegurar que os órgãos tivessem um período de adequação à nova metodologia do iGovTIC-JUD, implementada em 2021, foram criadas faixas de transição para as avaliações, conforme tabela abaixo:

Tabela 6. Nível de maturidade iGovTIC-JUD 2026

Nível de Maturidade	Faixas do período de transição 2021	Faixas do período de transição 2022	Faixas 2023 a 2026
Baixo	0 ≤ iGovTIC-JUD < 30	0 ≤ iGovTIC-JUD < 35	00 ≤ iGovTIC-JUD < 40
Satisfatório	30 ≤ iGovTIC-JUD < 60	35 ≤ iGovTIC-JUD < 65	40 ≤ iGovTIC-JUD < 70
Aprimorado	60 ≤ iGovTIC-JUD < 80	65 ≤ iGovTIC-JUD < 85	70 ≤ iGovTIC-JUD < 90
Excelência	80 ≤ iGovTIC-JUD ≤ 100	85 ≤ iGovTIC-JUD ≤ 100	90 ≤ iGovTIC-JUD ≤ 100

4.4 Exemplo de cálculo do iGovTIC-JUD – 2026

Seção 1 – Avaliação da Área de TIC:

Subseção 1.1 – Perguntas específicas de TIC:

a) Nota Final da Pergunta da Área de TIC (NFP-TIC):

A pergunta abaixo é composta por cinco itens, dos quais o item 5 possui maior pontuação por seu grau de importância. Destaca-se que o somatório dos itens resulta no total de 100 pontos para a pergunta.

No exemplo, o tribunal não pontuou nos itens 3 e 4 por ter respondido "Não".

Pergunta da Área de TIC: Sobre o funcionamento da Central de Serviços de TIC.

Item	Sobre o funcionamento da Central de Serviços de TIC.	Resposta	Pontos
1	As atividades são executadas de acordo com o seu ato constitutivo.	Sim	12
2	Possui software de gestão de atendimento atualizado.	Sim	11
3	É realizada capacitação periódica dos atendentes.	Não	12
4	Possui FAQs atualizadas.	Não	10
5	Pelo menos 95% dos atendimentos são realizados dentro do SLA ou ANO acordados.	Sim	55

Exemplo de cálculo da Nota Final da Pergunta da Área de TIC (NFP-TIC):

NFP-TIC = NI-TIC1 + NI-TIC2 + ... + NI-TICn

NFP-TIC = NI-TIC1 + NI-TIC2 + NI-TIC3 + NI-TIC4 + NI-TIC5

NFP-TIC = 12 + 11 + 0 + 0 + 55 = 78

b) Nota Final do Tema (NFT)

Exemplo:

O tema do exemplo a seguir é composto por três perguntas da área de TIC, com pesos distribuídos da seguinte forma: P1 (30%), P2(35%) e P3 (35%). O somatório dos percentuais (pesos) resulta no total de 100%, conforme quadro abaixo:

Tema	Peso da Pergunta	Id Pergunta	Descrição da Pergunta da Área de TIC
Sistemas de Informação	30%	P1	O órgão conta com ações para adequar os seus sistemas de informação, quando necessárias, aos padrões de interoperabilidade estabelecidos pelo CNJ.
	35%	P2	Sobre o processo de desenvolvimento e sustentação de sistemas:
	35%	P3	Sobre as soluções de TIC:

No exemplo, o tribunal atingiu 80 pontos na NFP-TIC1, 55 na NFP-TIC2 e 45 na NFP-TIC3, resultando na NFT igual a 59,00 conforme abaixo:

NFP-TIC1:	80	NFP-TIC2:	55	NFP-TIC3:	45
PP-TIC1:	30%	PP-TIC2:	35%	PP-TIC3:	35%

Nota Final do Tema:

*NFT = (NFP-TIC1 * PP-TIC1%) + (NFP-TIC2 * PP-TIC2%) + ... + (NFP-TICn * PP-TICn%)*

NFT = (NFP-TIC1 * PP-TIC1%) + (NFP-TIC2 * PP-TIC2%) + (NFP-TIC3 * PP-TIC3%)

NFT = (80 * 30%) + (55 * 35%) + (45 * 35%)

NFT = 24,00 + 19,25 + 15,75

NFT = 59,00

Exemplo: No exemplo, o tribunal atingiu Notas Finais dos Temas (NFTs) conforme quadro abaixo:

Id Tema	Tema	NFT
T1	Políticas e Planejamento	88,10
T2	Transformação Digital	77,33
T3	Atendimento e Suporte ao Usuário	93,00
T4	Estruturas Organizacionais e Macroprocessos	82,50
T5	Pessoas	88,62
T6	Sistemas de Informação	59,00
T7	Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem	81,00
T8	Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados	75,97

c) Nota Final da Avaliação da Área de TIC (NF-TIC):

NF-TIC = (NFT1 + ... + NFT8) / 8

NF-TIC = (NFT1 + NFT2 + NFT3 + NFT4 + NFT5 + NFT6 + NFT7 + NFT8) / 8

NF-TIC = (88,10 + 77,33 + 93,00 + 82,50 + 88,62 + 59,00 + 81,00 + 75,97) / 8

NF-TIC = 80,69

Seção 2 – Avaliação da Área de Negócio:

d) Nota Final da Avaliação da Área de Negócio (NF-AN):

Exemplo: No exemplo, o órgão atingiu as notas finais das perguntas de avaliação da Área de Negócio (NFP-ANs), conforme quadro abaixo:

Pergunta	Nota	Peso	NFP-AN
NFP-AN1	50,00	15%	7,5
NFP-AN2	25,00	15%	3,75
NFP-AN3	75,00	10%	7,5
NFP-AN4	50,00	5%	2,5
NFP-AN5	100,00	5%	5
NFP-AN6	25,00	5%	1,25
NFP-AN7	25,00	20%	5
NFP-AN8	100,00	5%	5
NFP-AN9	50,00	5%	2,5
NFP-AN10	75,00	15%	11,25

Nota da Final da Avaliação da Área de Negócio (NF-AN):

*NF-AN = (NFP-AN1 * PP-AN1%) + (NFP-AN2 * PP-AN2%) + ... + (NFP-ANn * PP-ANn%)*

*NF-AN = (NPN1 * 15% + NPN2 * 15% +... + NPN9 * 5% + NPN10 * 15%)*

NF-AN = (50*0,15 + 25*0,15 + 75*0,10 + 50*0,05 + 100*0,05 + 25*0,05 + 25*0,20 + 100*0,05 + 50*0,05 + 75*0,15)

NF-AN = 51,25

Resultado Geral do iGovTIC-JUD – 2026

e) Nota Final do iGovTIC-JUD:

iGovTIC-JUD = *(NF-TIC * 0,9) + (NF-AN * 0,1)*

iGovTIC-JUD = *(80,69* 0,9) + (51,25 * 0,1)*

iGovTIC-JUD = 77,75

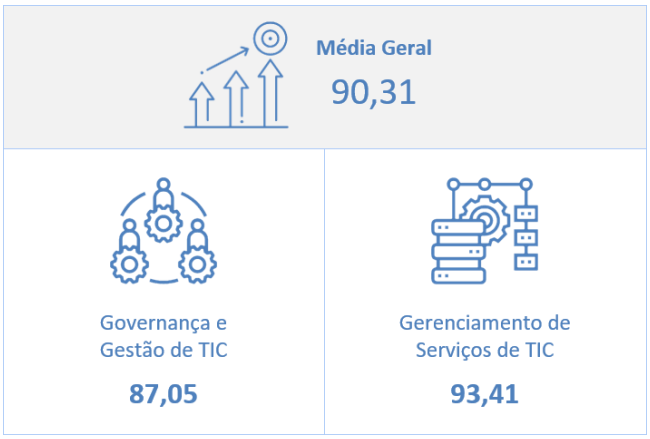
IGOVTIC-JUD = 77,75

Nível de Maturidade **Aprimorado**

Nível de Maturidade	Faixas do período de transição 2021	Faixas do período de transição 2022	Faixas 2023 a 2026
Baixo	0 ≤ iGovTIC-JUD < 30	0 ≤ iGovTIC-JUD < 35	00 ≤ iGovTIC-JUD < 40
Satisfatório	30 ≤ iGovTIC-JUD < 60	35 ≤ iGovTIC-JUD < 65	40 ≤ iGovTIC-JUD < 70
Aprimorado	60 ≤ iGovTIC-JUD < 80	65 ≤ iGovTIC-JUD < 85	70 ≤ iGovTIC-JUD < 90
Excelência	80 ≤ iGovTIC-JUD ≤ 100	85 ≤ iGovTIC-JUD ≤ 100	90 ≤ iGovTIC-JUD ≤ 100

5 Resultados do iGovTIC-JUD 2026

5.1 Média Geral e por Domínio do iGovTIC-JUD 2026



5.2 Distribuição geral por nível de maturidade do iGovTIC-JUD 2026



Gráfico 1. Distribuição geral por nível de maturidade iGovTIC -JUD

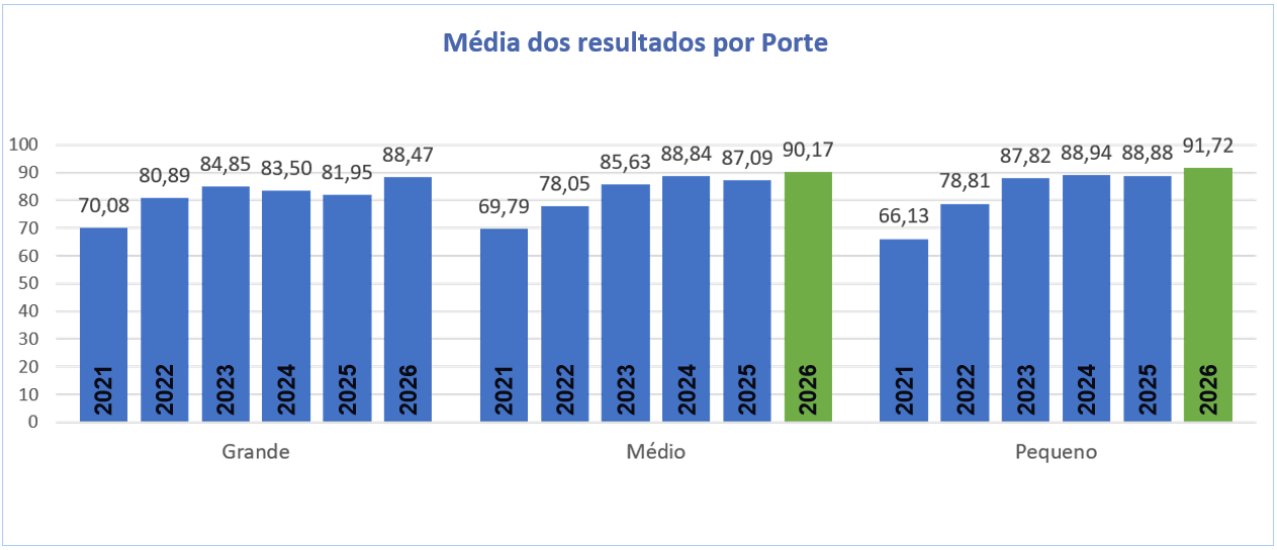


Gráfico 2. Média do resultado do iGovTIC-JUD por Porte

5.3 Evolução Geral do iGovTIC-JUD por Segmento

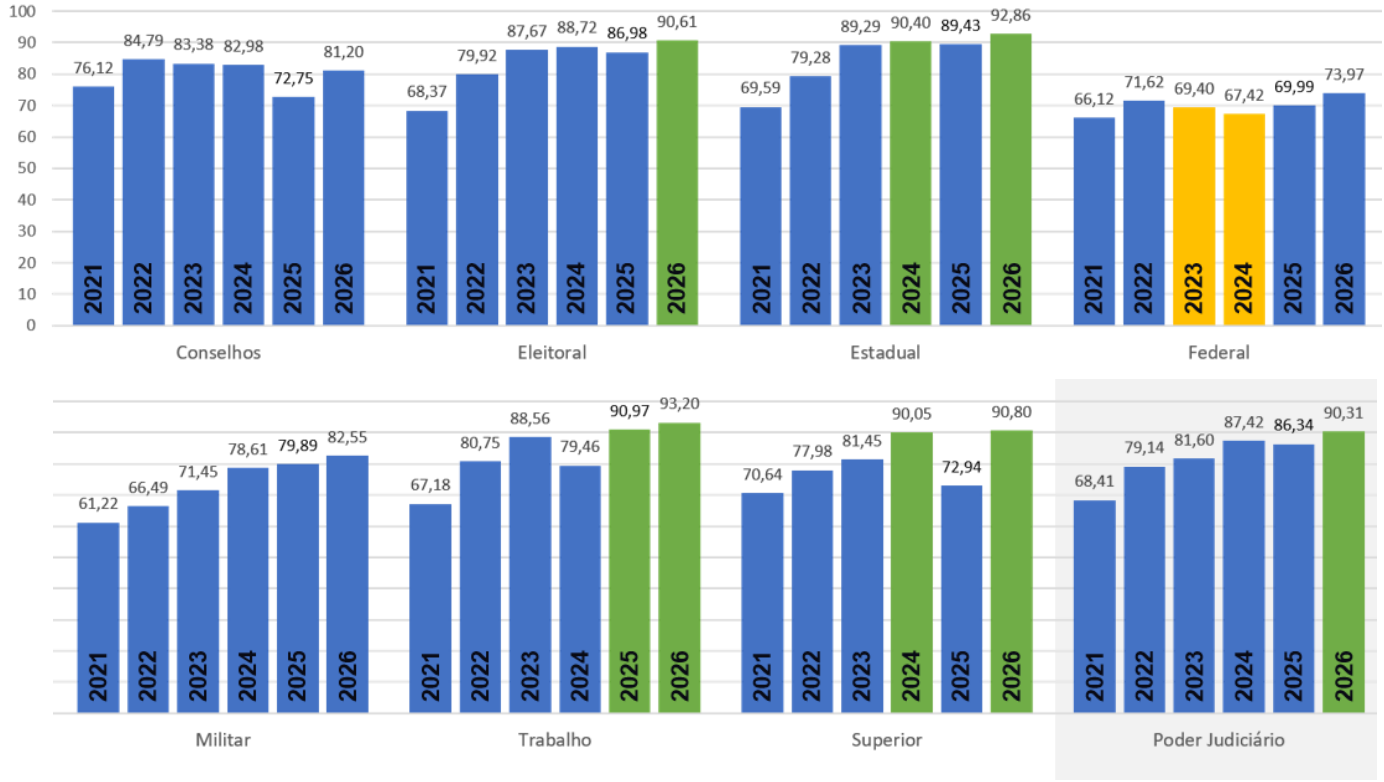


Gráfico 3. Evolução Geral do iGovTIC-JUD por segmento

5.4 Evolução do iGovTIC-JUD em Governança e Gestão de TIC por Segmento

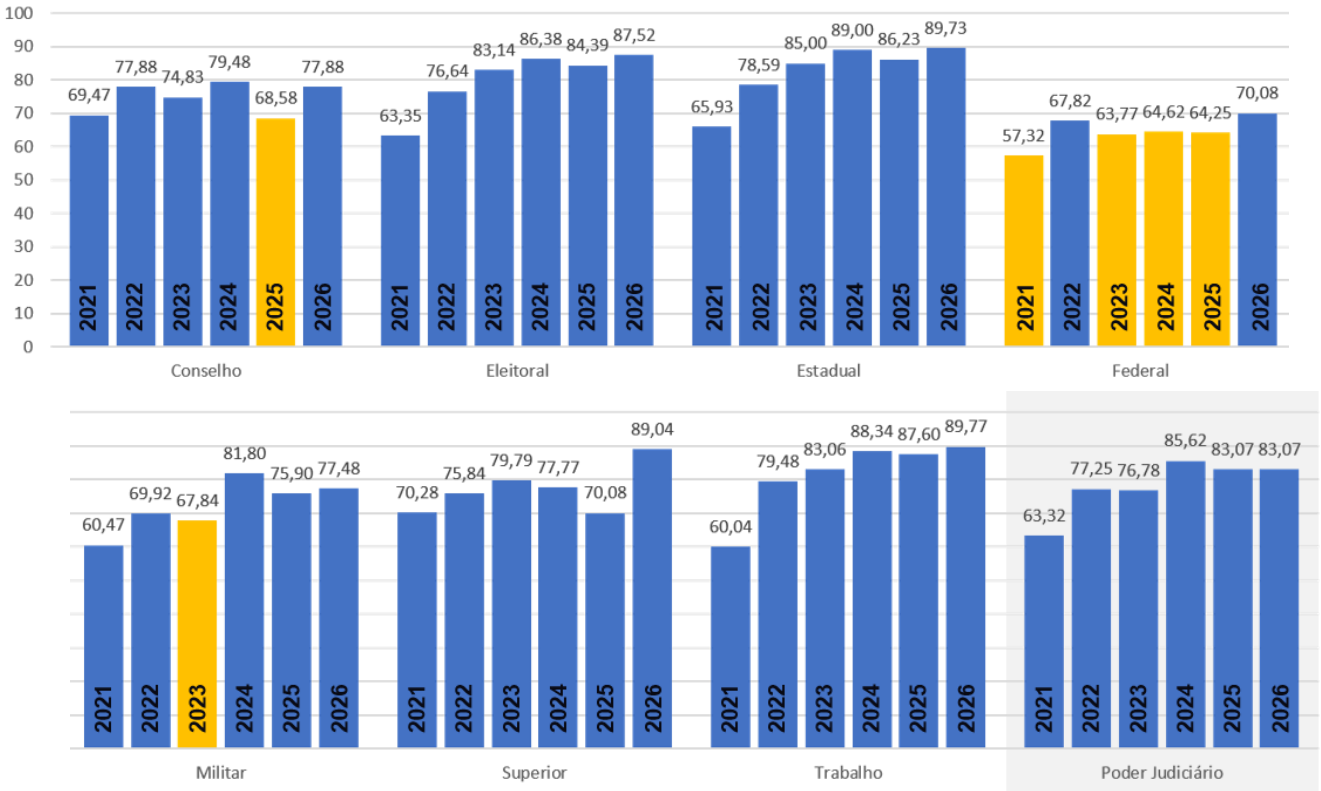


Gráfico 4. Evolução Geral do iGovTIC-JUD em Governança e Gestão de TIC por Segmento.

5.5 Evolução do iGovTIC-JUD em Gerenciamento de Serviços de TIC por Segmento

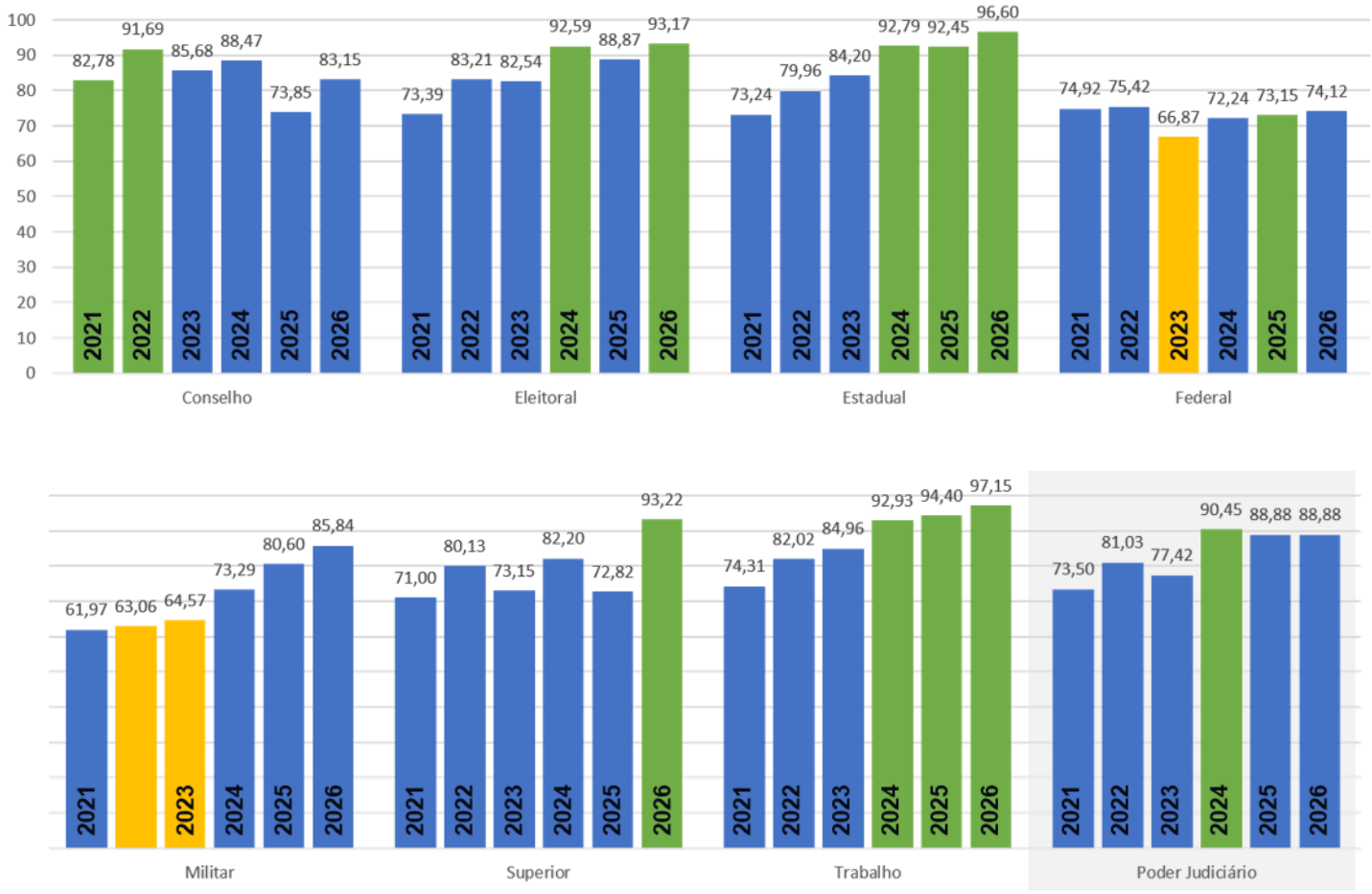
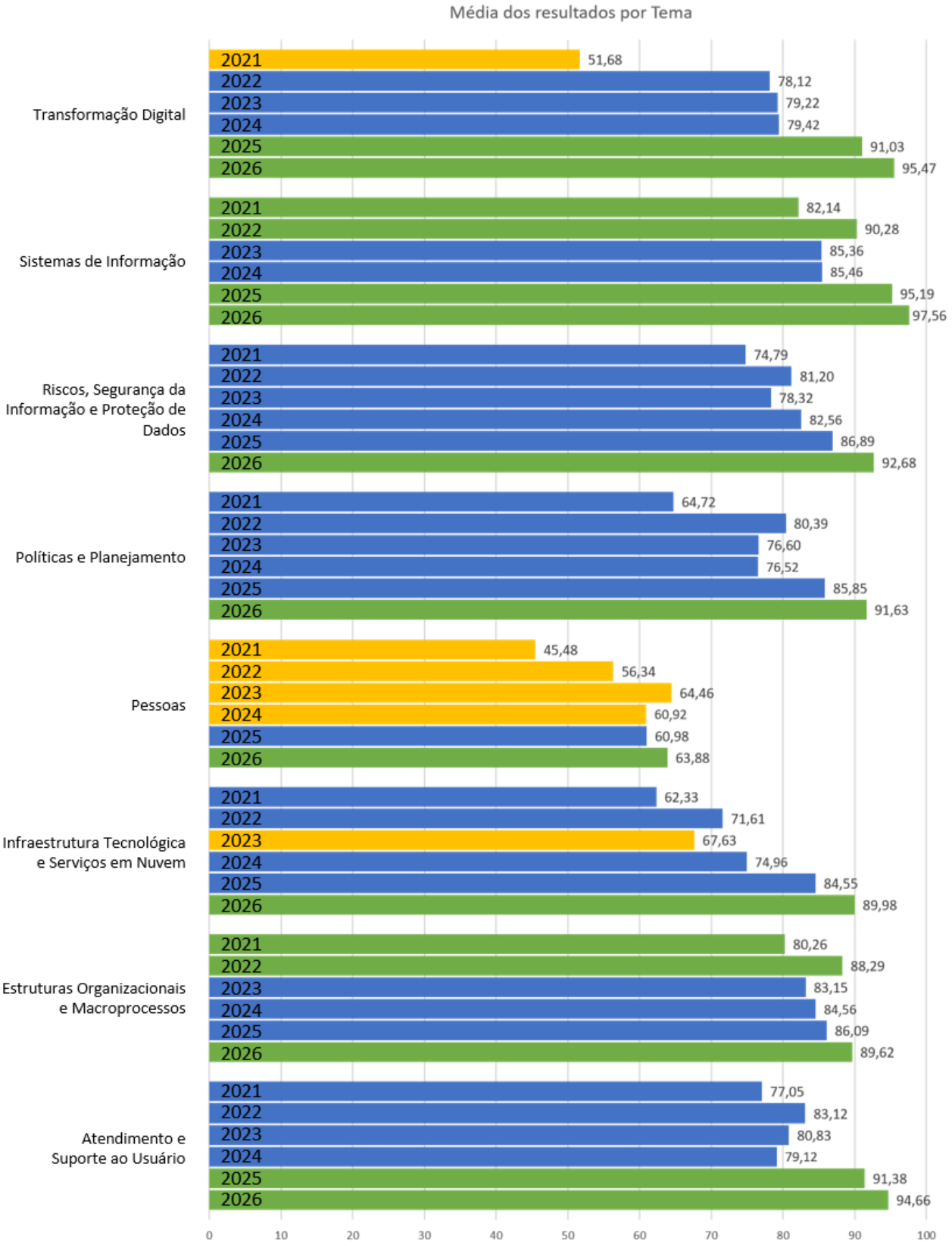


Gráfico 5. Evolução do iGovTIC-JUD em Gerenciamento de Serviços de TIC por Segmento

5.6 Médias por tema da Seção 1 – Avaliação da Área de TIC

5.6.1 Evolução Geral do Poder Judiciário por Tema da Seção 1 – Avaliação da área de TIC



5.6.2 Média Geral do Poder Judiciário por Tema da Seção 1 – Avaliação da área de TIC

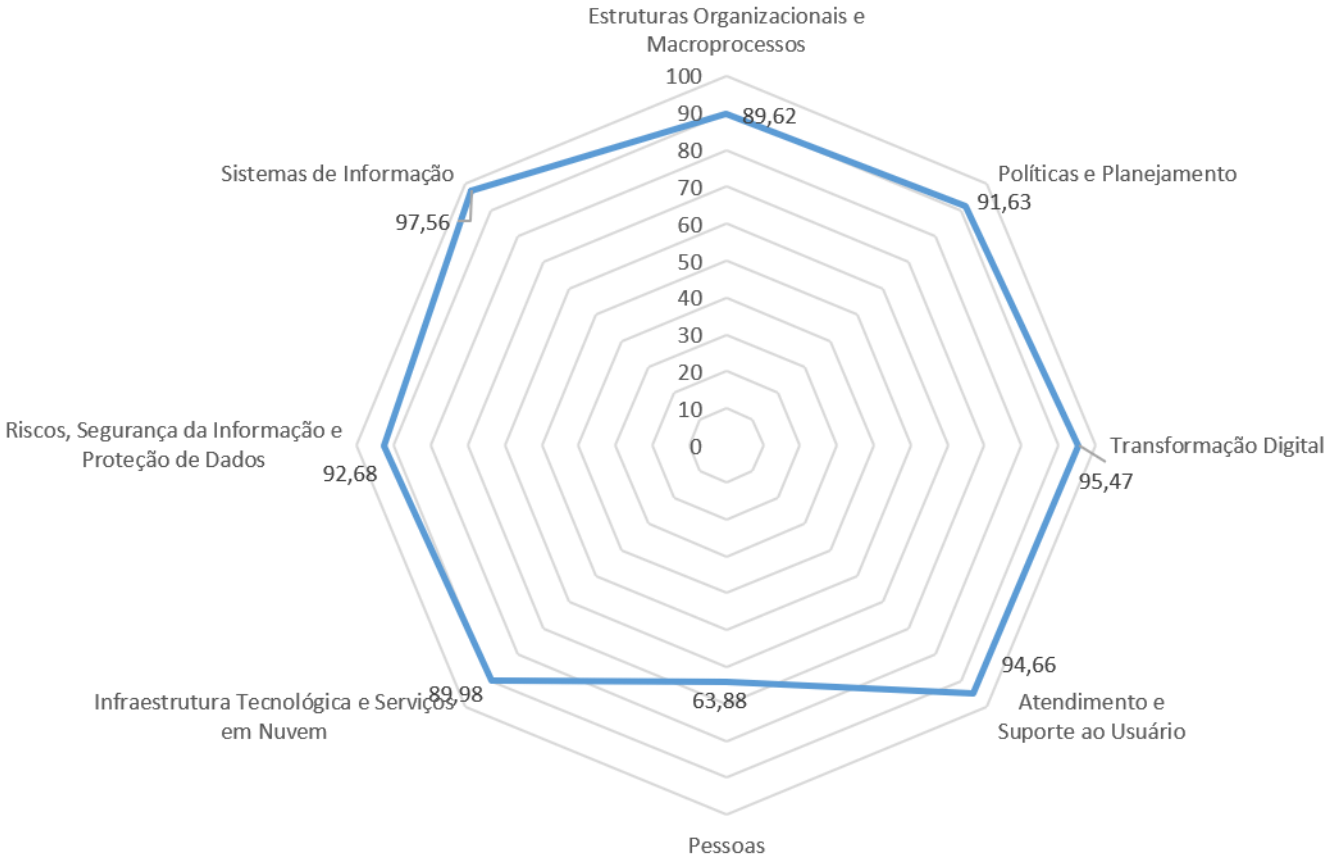


Gráfico 6. Média Geral por Tema do Poder Judiciário

5.6.3 Médias por Segmento e por Tema da Seção 1 – Avaliação da área de TIC

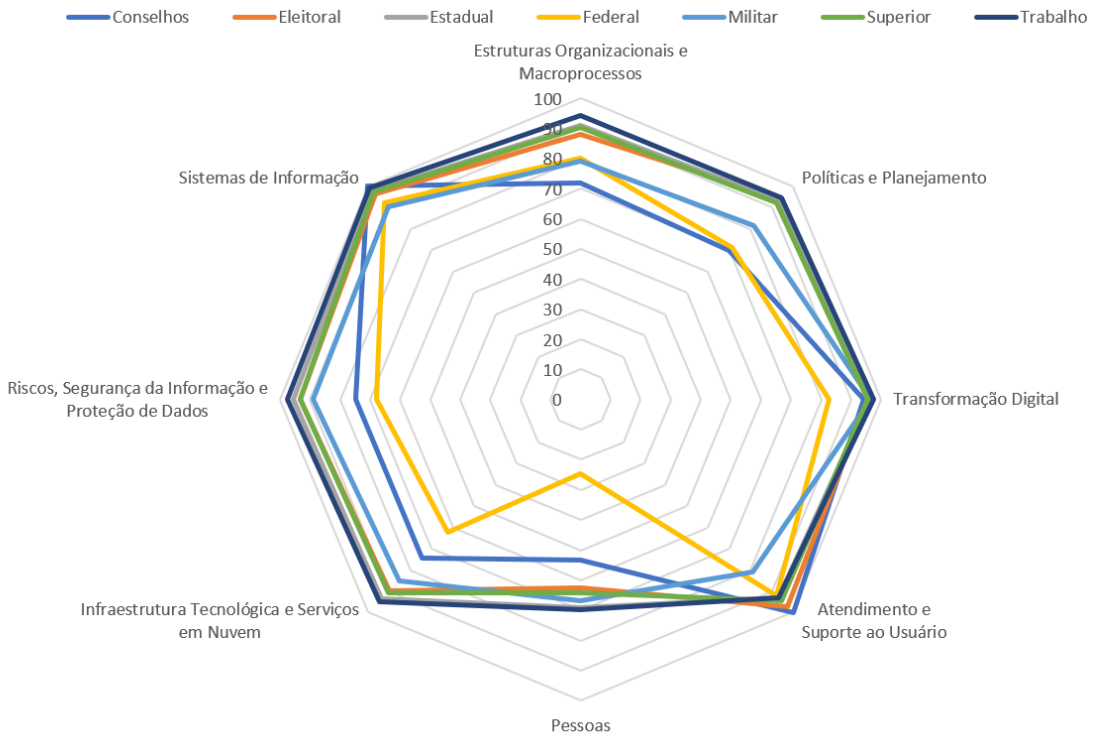


Gráfico 7. Médias Segmento e por Tema

5.7 Médias por Segmento da Seção 2 – Avaliação da Área de Negócio

5.7.1 Avaliação Geral da Área Negocial por Segmento de Justiça

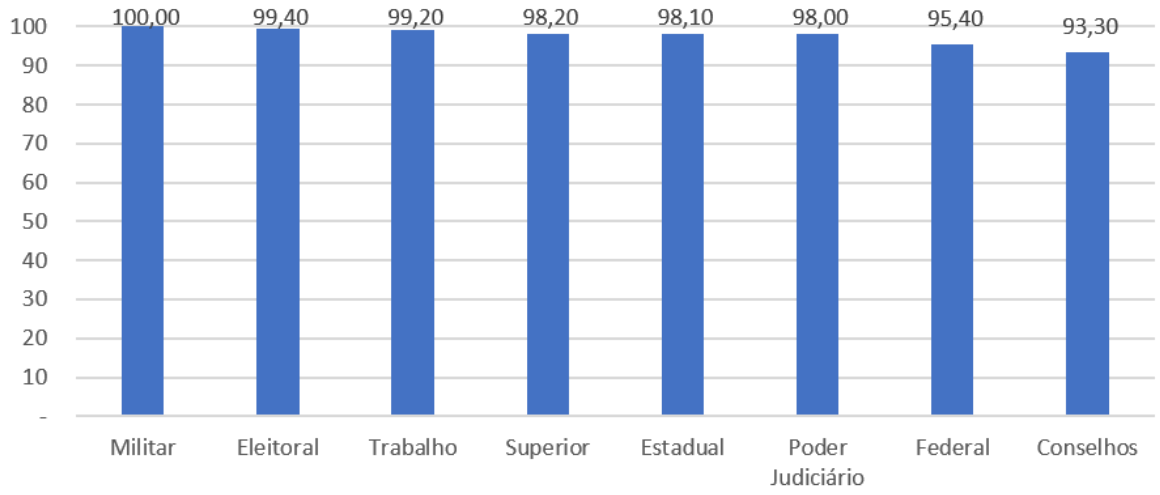


Gráfico 8. Média Geral por Tema do Poder Judiciário

5.7.2 Avaliação Geral da Área Negocial por Segmento no Domínio Governança e Gestão de TIC

Nota Máxima: 50

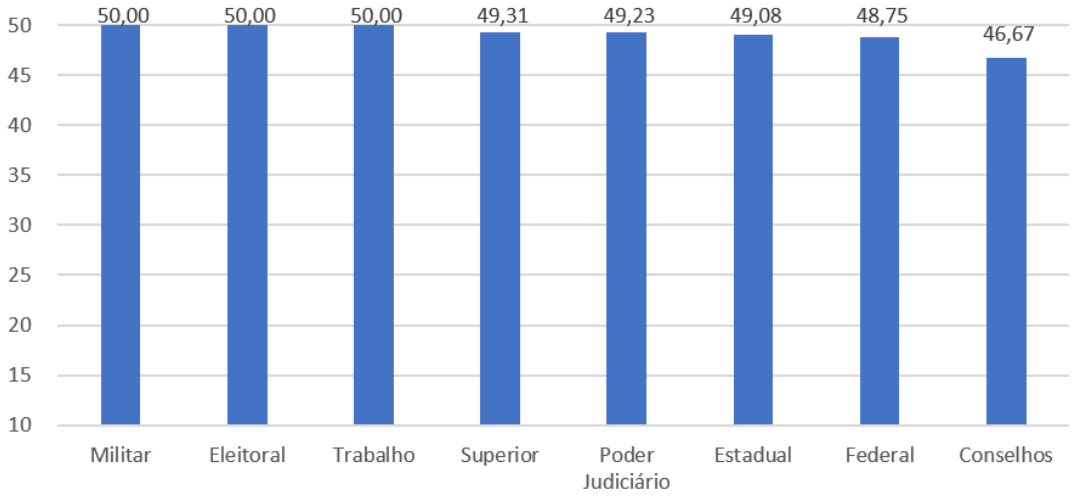
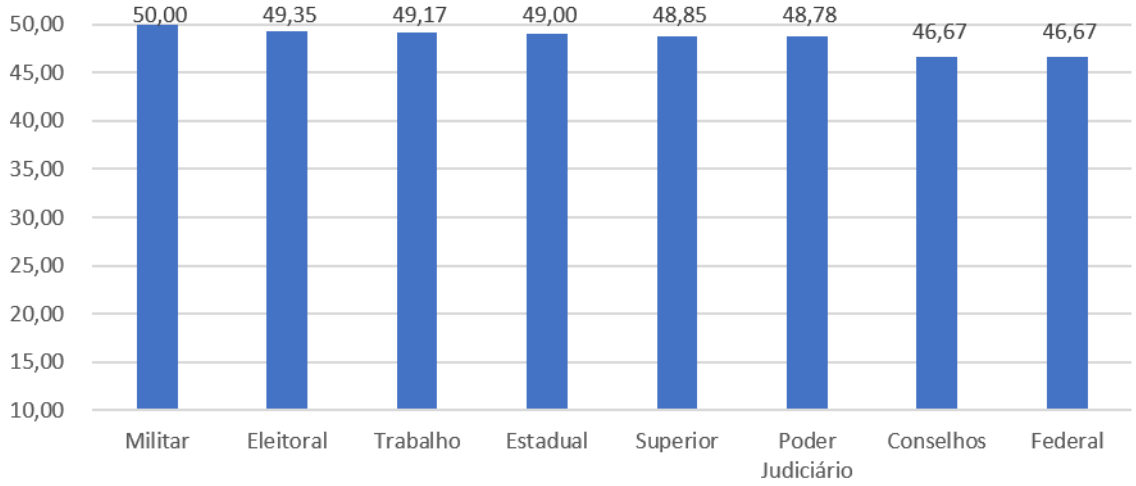


Gráfico 9. Média Geral por Tema do Poder Judiciário

5.7.3 Avaliação Geral da Área Negocial por Segmento no Domínio Gerenciamento de Serviço de TIC

Nota Máxima: 50



5.8 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Órgãos de Grande Porte

Faixa	Classificação
0,00 a 39,99	Baixo
40,00 a 69,99	Satisfatório
70,00 a 89,99	Aprimorado
90,00 a 100,0	Excelência

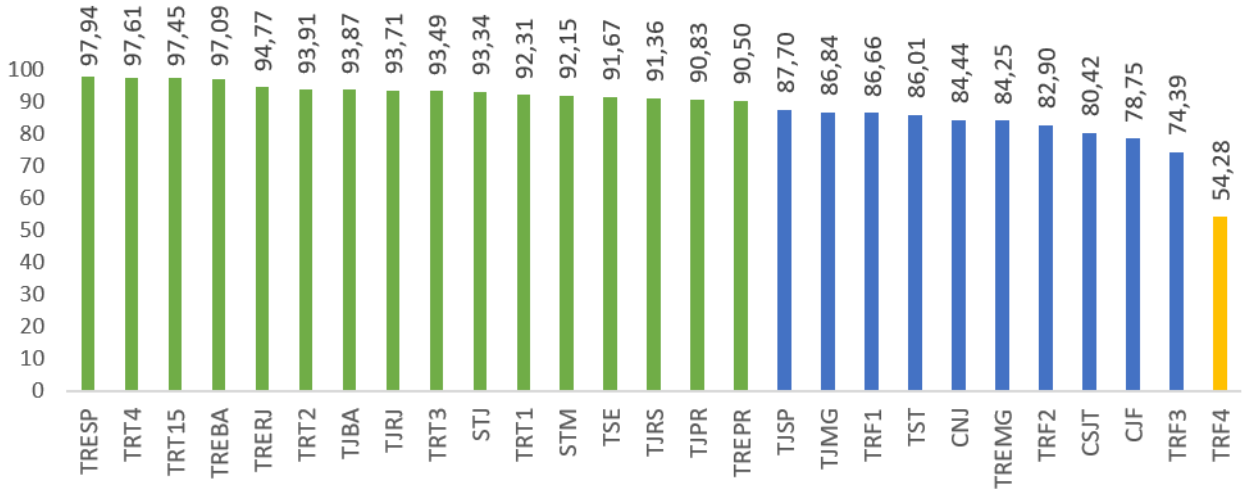


Gráfico 10. Classificação dos Órgãos de Grande Porte iGovTIC-JUD 2026

5.9 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Órgãos de Médio Porte

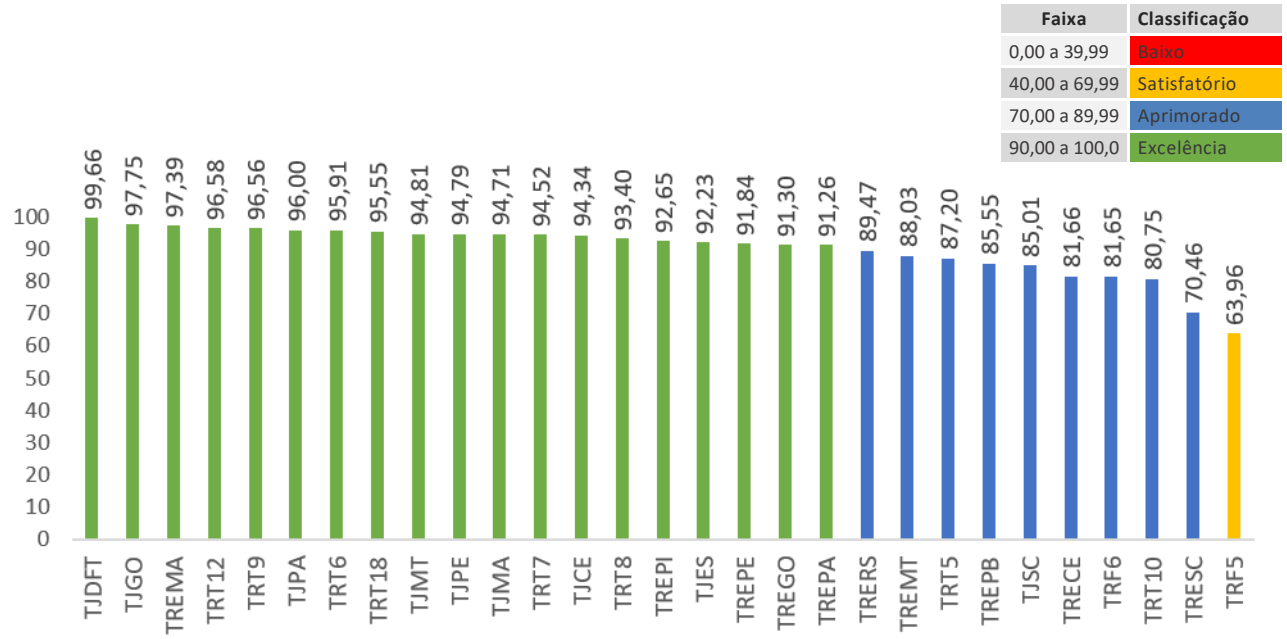


Gráfico 11. Classificação dos Órgãos de Médio Porte iGovTIC-JUD 2026

5.10 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Órgãos de Pequeno Porte

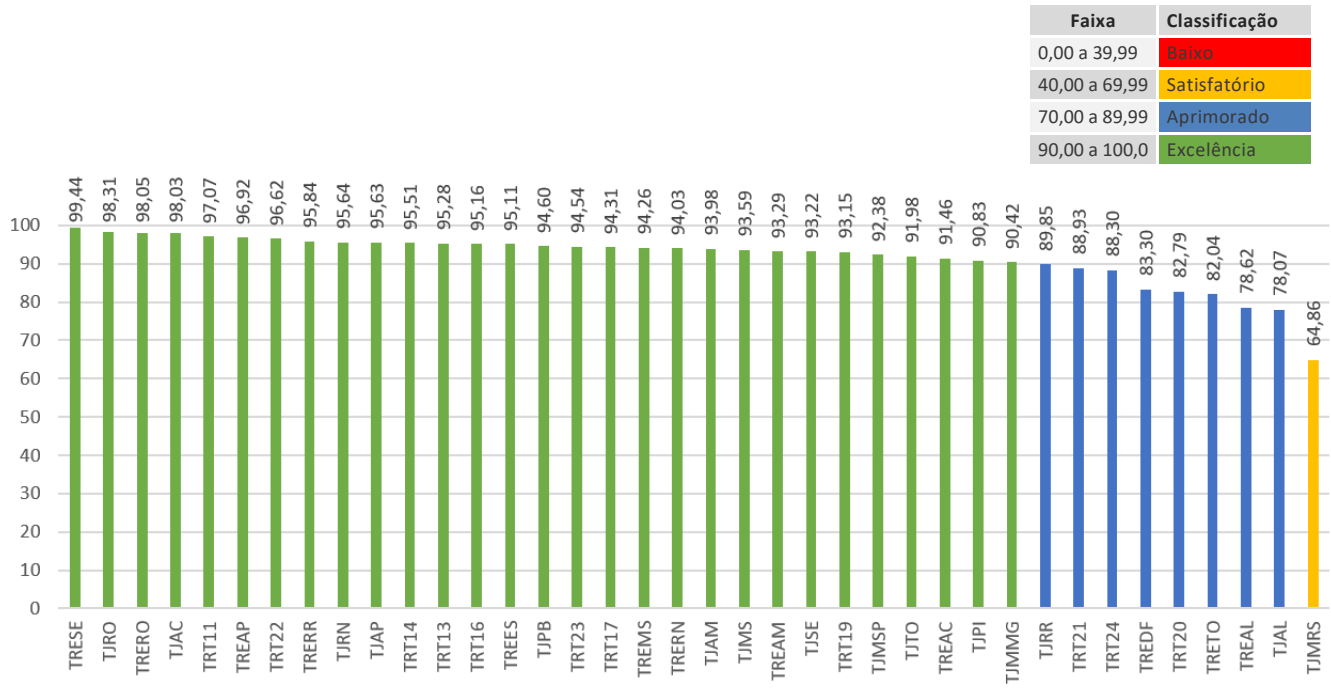


Gráfico 12. Classificação dos Órgãos de Pequeno Porte iGovTIC-JUD 2026

5.11 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Tribunais de Justiça Estaduais

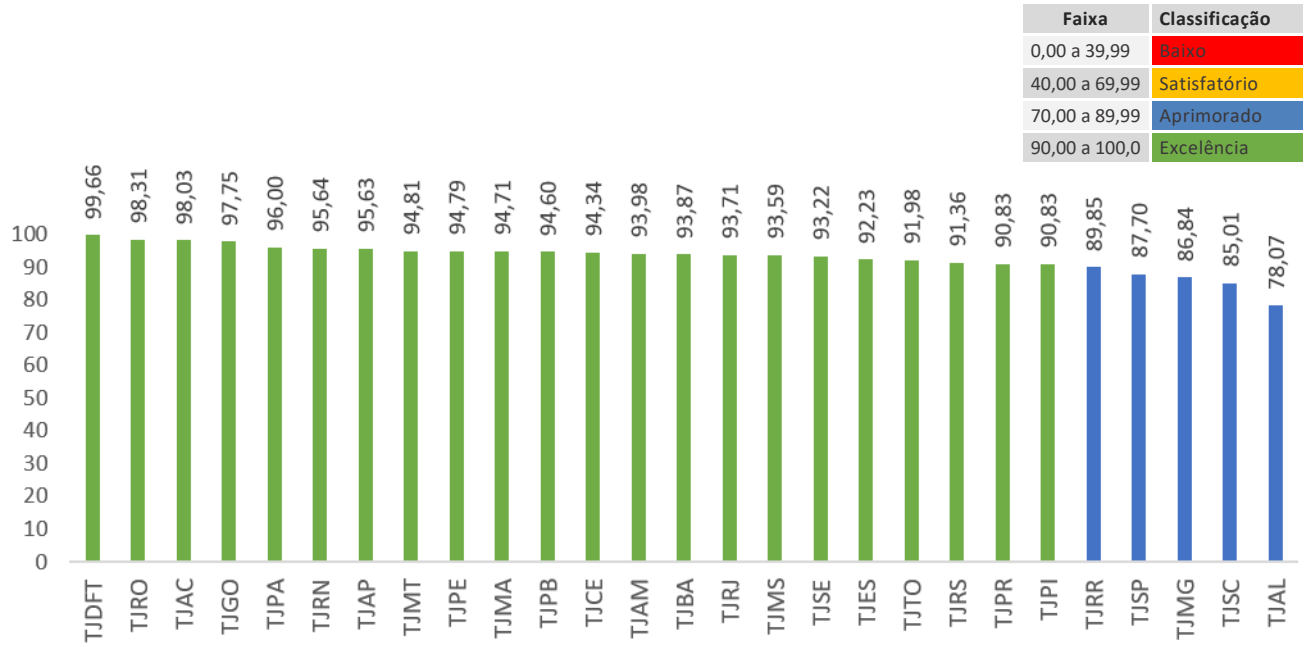


Gráfico 13. Resultados iGovTIC-JUD 2026 por Tribunais de Justiça Estaduais

5.12 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Tribunais Regionais Eleitorais

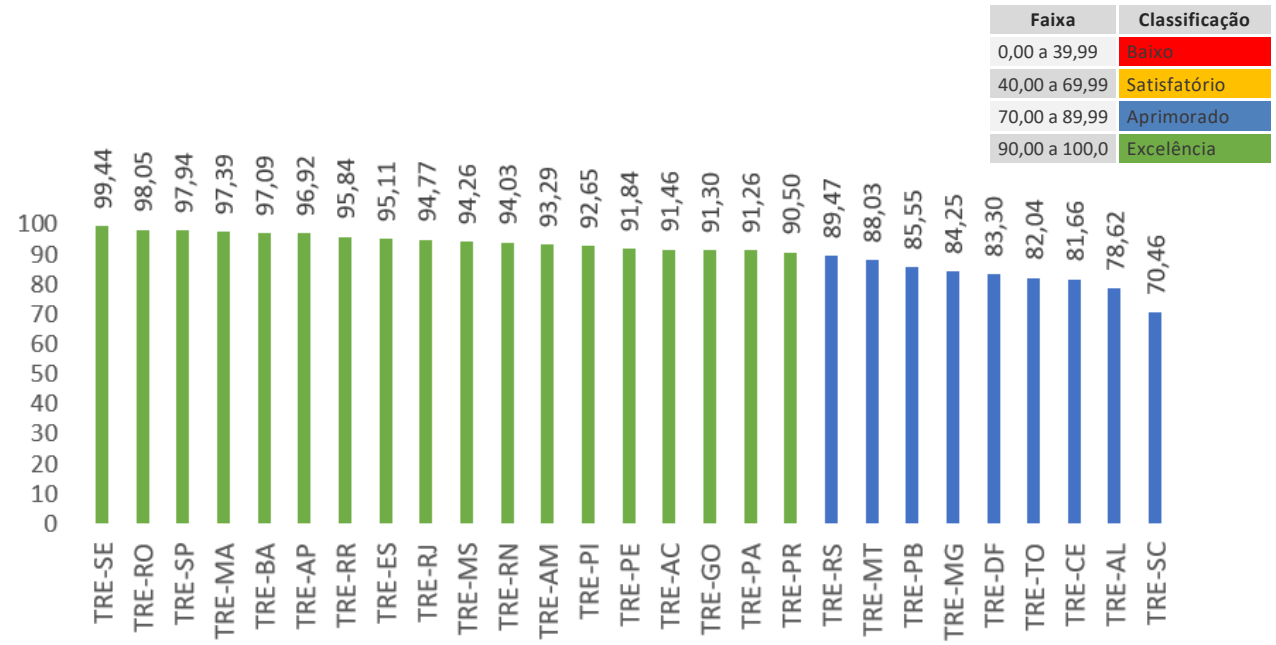


Gráfico 14. Resultados iGovTIC-JUD 2026 por segmento: Tribunais Regionais Eleitorais

5.13 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Tribunais Regionais do Trabalho



Gráfico 15. Resultados iGovTIC-JUD 2026 por Tribunais Regionais do Trabalho

5.14 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Tribunais Regionais Federais

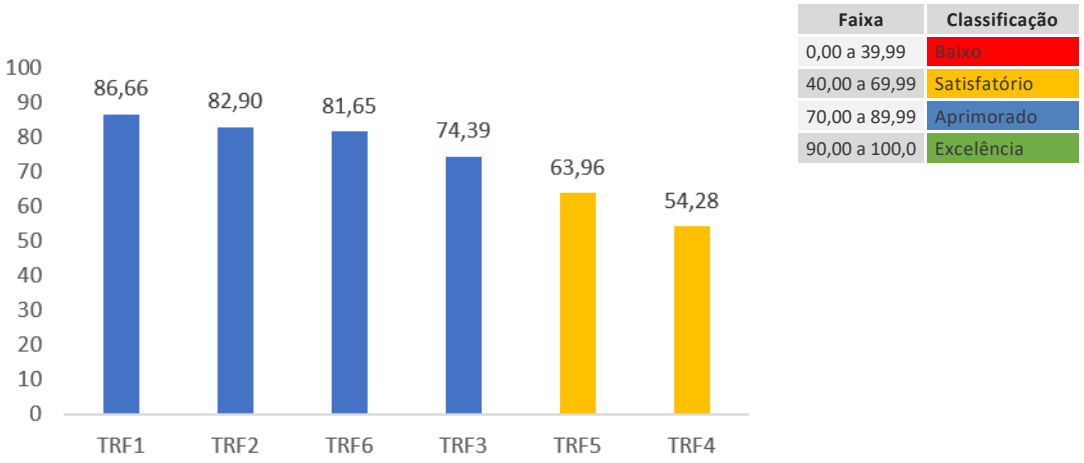
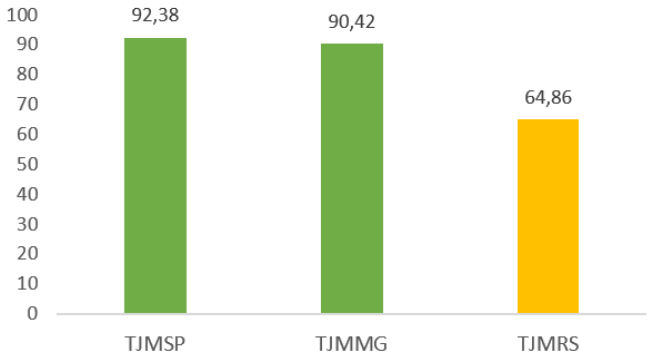


Gráfico 16. Resultados iGovTIC-JUD 2026 por Tribunais Regionais Federais

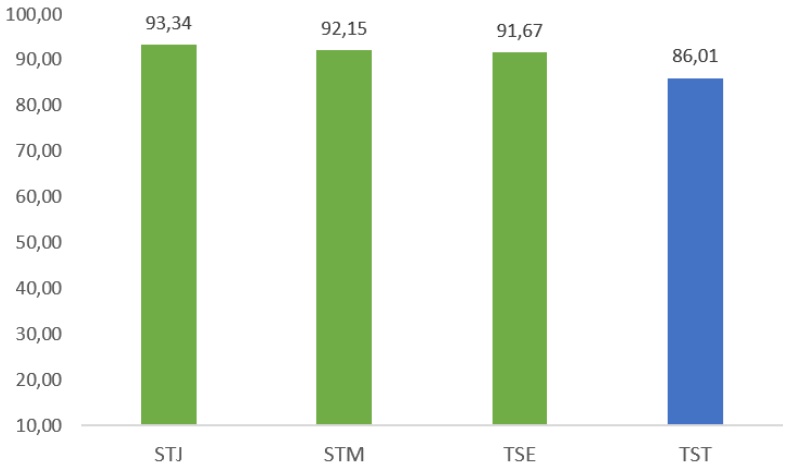
5.15 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Tribunais da Justiça Militar Estadual



Faixa	Classificação
0,00 a 39,99	Baixo
40,00 a 69,99	Satisfatório
70,00 a 89,99	Aprimorado
90,00 a 100,0	Excelência

Gráfico 17. Resultados iGovTIC-JUD 2026 por Tribunais da Justiça Militar Estadual

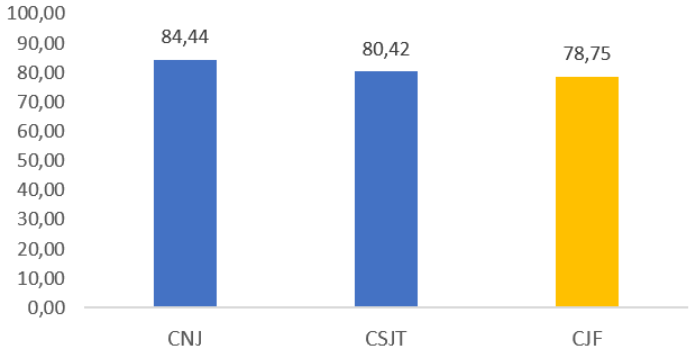
5.16 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Tribunais Superiores



Faixa	Classificação
0,00 a 39,99	Baixo
40,00 a 69,99	Satisfatório
70,00 a 89,99	Aprimorado
90,00 a 100,0	Excelência

Gráfico 18. Resultados iGovTIC-JUD 2026 por Tribunais Superiores

5.17 Resultados Geral iGovTIC-JUD 2026 – Conselhos



Faixa	Classificação
0,00 a 39,99	Baixo
40,00 a 69,99	Satisfatório
70,00 a 89,99	Aprimorado
90,00 a 100,0	Excelência

Gráfico 19. Resultados iGovTIC-JUD 2026 por Conselhos de Justiça.

6 Resultados do Órgão no iGovTIC-JUD 2026

Após aplicação das respostas dos questionários, foi utilizada a fórmula de cálculo do iGovTIC-JUD 2026, por órgão participante, resultando nos resultados apresentados nas tabelas e gráficos a seguir:

6.1 Classificação Geral – iGovTIC-JUD 2026

Nome do Órgão	Segmento	Porte	Resultado do iGovTIC-JUD 2026	Nível de Maturidade	Classificação Geral
Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e Territórios	Estadual	Médio	99,66	Excelência	1
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe	Eleitoral	Pequeno	99,44	Excelência	2
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Estadual	Pequeno	98,31	Excelência	3
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia	Eleitoral	Pequeno	98,05	Excelência	4
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Estadual	Pequeno	98,03	Excelência	5
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo	Eleitoral	Grande	97,94	Excelência	6
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	Estadual	Médio	97,75	Excelência	7
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	Trabalho	Grande	97,61	Excelência	8
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Trabalho	Grande	97,45	Excelência	9
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão	Eleitoral	Médio	97,39	Excelência	10
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia	Eleitoral	Grande	97,09	Excelência	11
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	Trabalho	Pequeno	97,07	Excelência	12
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá	Eleitoral	Pequeno	96,92	Excelência	13
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	Trabalho	Pequeno	96,62	Excelência	14
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	Trabalho	Médio	96,58	Excelência	15
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	Trabalho	Médio	96,56	Excelência	16
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Estadual	Médio	96,00	Excelência	17
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	Trabalho	Médio	95,91	Excelência	18
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima	Eleitoral	Pequeno	95,84	Excelência	19
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Estadual	Pequeno	95,64	Excelência	20
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	Estadual	Pequeno	95,63	Excelência	21
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	Trabalho	Médio	95,55	Excelência	22
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Trabalho	Pequeno	95,51	Excelência	23
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	Trabalho	Pequeno	95,28	Excelência	24

Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	Trabalho	Pequeno	95,16	Excelência	25
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo	Eleitoral	Pequeno	95,11	Excelência	26
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	Estadual	Médio	94,81	Excelência	27
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	Estadual	Médio	94,79	Excelência	28
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro	Eleitoral	Grande	94,77	Excelência	29
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	Estadual	Médio	94,71	Excelência	30
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	Estadual	Pequeno	94,60	Excelência	31
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	Trabalho	Pequeno	94,54	Excelência	32
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	Trabalho	Médio	94,52	Excelência	33
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	Estadual	Médio	94,34	Excelência	34
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	Trabalho	Pequeno	94,31	Excelência	35
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso do Sul	Eleitoral	Pequeno	94,26	Excelência	36
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte	Eleitoral	Pequeno	94,03	Excelência	37
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	Estadual	Pequeno	93,98	Excelência	38
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	Trabalho	Grande	93,91	Excelência	39
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Estadual	Grande	93,87	Excelência	40
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Estadual	Grande	93,71	Excelência	41
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	Estadual	Pequeno	93,59	Excelência	42
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	Trabalho	Grande	93,49	Excelência	43
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	Trabalho	Médio	93,40	Excelência	44
Superior Tribunal de Justiça	Superior	Grande	93,34	Excelência	45
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas	Eleitoral	Pequeno	93,29	Excelência	46
Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe	Estadual	Pequeno	93,22	Excelência	47
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	Trabalho	Pequeno	93,15	Excelência	48
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí	Eleitoral	Médio	92,65	Excelência	49
Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	Militar	Pequeno	92,38	Excelência	50
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	Trabalho	Grande	92,31	Excelência	51
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	Estadual	Médio	92,23	Excelência	52
Superior Tribunal Militar	Superior	Grande	92,15	Excelência	53
Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	Estadual	Pequeno	91,98	Excelência	54

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco	Eleitoral	Médio	91,84	Excelência	55
Tribunal Superior Eleitoral	Superior	Grande	91,67	Excelência	56
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre	Eleitoral	Pequeno	91,46	Excelência	57
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	Estadual	Grande	91,36	Excelência	58
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	Eleitoral	Médio	91,30	Excelência	59
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará	Eleitoral	Médio	91,26	Excelência	60
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	Estadual	Grande	90,83	Excelência	61
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	Estadual	Pequeno	90,83	Excelência	62
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná	Eleitoral	Grande	90,50	Excelência	63
Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais	Militar	Pequeno	90,42	Excelência	64
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	Estadual	Pequeno	89,85	Aprimorado	65
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul	Eleitoral	Médio	89,47	Aprimorado	66
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	Trabalho	Pequeno	88,93	Aprimorado	67
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	Trabalho	Pequeno	88,30	Aprimorado	68
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso	Eleitoral	Médio	88,03	Aprimorado	69
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	Estadual	Grande	87,70	Aprimorado	70
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	Trabalho	Médio	87,20	Aprimorado	71
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Estadual	Grande	86,84	Aprimorado	72
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Federal	Grande	86,66	Aprimorado	73
Tribunal Superior do Trabalho	Superior	Grande	86,01	Aprimorado	74
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba	Eleitoral	Médio	85,55	Aprimorado	75
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	Estadual	Médio	85,01	Aprimorado	76
Conselho Nacional de Justiça	Conselhos	Grande	84,44	Aprimorado	77
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais	Eleitoral	Grande	84,25	Aprimorado	78
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Distrito Federal	Eleitoral	Pequeno	83,30	Aprimorado	79
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Federal	Grande	82,90	Aprimorado	80
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	Trabalho	Pequeno	82,79	Aprimorado	81
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins	Eleitoral	Pequeno	82,04	Aprimorado	82
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará	Eleitoral	Médio	81,66	Aprimorado	83
Tribunal Regional Federal da 6ª Região	Federal	Médio	81,65	Aprimorado	84

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	Trabalho	Médio	80,75	Aprimorado	85
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Conselhos	Grande	80,42	Aprimorado	86
Conselho da Justiça Federal	Conselhos	Grande	78,75	Aprimorado	87
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas	Eleitoral	Pequeno	78,62	Aprimorado	88
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	Estadual	Pequeno	78,07	Aprimorado	89
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	Federal	Grande	74,39	Aprimorado	90
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina	Eleitoral	Médio	70,46	Aprimorado	91
Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul	Militar	Pequeno	64,86	Satisfatório	92
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	Federal	Médio	63,96	Satisfatório	93
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Federal	Grande	54,28	Satisfatório	94

6.2 Classificação por Segmento – iGovTIC-JUD 2026

Nome do Órgão	Segmento	Porte	Resultado do iGovTIC-JUD 2026	Nível de Maturidade	Classi-ficação por Segmento	Classi-ficação Geral
Conselho Nacional de Justiça	Conselhos	Grande	84,44	Aprimorado	1	77
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Conselhos	Grande	80,42	Aprimorado	2	86
Conselho da Justiça Federal	Conselhos	Grande	78,75	Aprimorado	3	87
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe	Eleitoral	Pequeno	99,44	Excelência	1	2
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia	Eleitoral	Pequeno	98,05	Excelência	2	4
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo	Eleitoral	Grande	97,94	Excelência	3	6
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão	Eleitoral	Médio	97,39	Excelência	4	10
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia	Eleitoral	Grande	97,09	Excelência	5	11
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá	Eleitoral	Pequeno	96,92	Excelência	6	13
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima	Eleitoral	Pequeno	95,84	Excelência	7	19
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo	Eleitoral	Pequeno	95,11	Excelência	8	26
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro	Eleitoral	Grande	94,77	Excelência	9	29
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso do Sul	Eleitoral	Pequeno	94,26	Excelência	10	36
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte	Eleitoral	Pequeno	94,03	Excelência	11	37

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas	Eleitoral	Pequeno	93,29	Excelência	12	46
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí	Eleitoral	Médio	92,65	Excelência	13	49
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco	Eleitoral	Médio	91,84	Excelência	14	55
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre	Eleitoral	Pequeno	91,46	Excelência	15	57
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	Eleitoral	Médio	91,30	Excelência	16	59
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará	Eleitoral	Médio	91,26	Excelência	17	60
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná	Eleitoral	Grande	90,50	Excelência	18	63
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul	Eleitoral	Médio	89,47	Aprimorado	19	66
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso	Eleitoral	Médio	88,03	Aprimorado	20	69
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba	Eleitoral	Médio	85,55	Aprimorado	21	75
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais	Eleitoral	Grande	84,25	Aprimorado	22	78
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Distrito Federal	Eleitoral	Pequeno	83,30	Aprimorado	23	79
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins	Eleitoral	Pequeno	82,04	Aprimorado	24	82
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará	Eleitoral	Médio	81,66	Aprimorado	25	83
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas	Eleitoral	Pequeno	78,62	Aprimorado	26	88
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina	Eleitoral	Médio	70,46	Aprimorado	27	91
Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e Territórios	Estadual	Médio	99,66	Excelência	1	1
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Estadual	Pequeno	98,31	Excelência	2	3
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Estadual	Pequeno	98,03	Excelência	3	5
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	Estadual	Médio	97,75	Excelência	4	7
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Estadual	Médio	96,00	Excelência	5	17
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Estadual	Pequeno	95,64	Excelência	6	20
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	Estadual	Pequeno	95,63	Excelência	7	21
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	Estadual	Médio	94,81	Excelência	8	27
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	Estadual	Médio	94,79	Excelência	9	28
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	Estadual	Médio	94,71	Excelência	10	30
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	Estadual	Pequeno	94,60	Excelência	11	31
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	Estadual	Médio	94,34	Excelência	12	34

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	Estadual	Pequeno	93,98	Excelência	13	38
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Estadual	Grande	93,87	Excelência	14	40
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Estadual	Grande	93,71	Excelência	15	41
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	Estadual	Pequeno	93,59	Excelência	16	42
Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe	Estadual	Pequeno	93,22	Excelência	17	47
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	Estadual	Médio	92,23	Excelência	18	52
Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	Estadual	Pequeno	91,98	Excelência	19	54
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	Estadual	Grande	91,36	Excelência	20	58
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	Estadual	Grande	90,83	Excelência	21	61
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	Estadual	Pequeno	90,83	Excelência	22	62
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	Estadual	Pequeno	89,85	Aprimorado	23	65
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	Estadual	Grande	87,70	Aprimorado	24	70
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Estadual	Grande	86,84	Aprimorado	25	72
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	Estadual	Médio	85,01	Aprimorado	26	76
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	Estadual	Pequeno	78,07	Aprimorado	27	89
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Federal	Grande	86,66	Aprimorado	1	73
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Federal	Grande	82,90	Aprimorado	2	80
Tribunal Regional Federal da 6ª Região	Federal	Médio	81,65	Aprimorado	3	84
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	Federal	Grande	74,39	Aprimorado	4	90
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	Federal	Médio	63,96	Satisfatório	5	93
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Federal	Grande	54,28	Satisfatório	6	94
Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	Militar	Pequeno	92,38	Excelência	1	50
Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais	Militar	Pequeno	90,42	Excelência	2	64
Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul	Militar	Pequeno	64,86	Satisfatório	3	92
Superior Tribunal de Justiça	Superior	Grande	93,34	Excelência	1	45
Superior Tribunal Militar	Superior	Grande	92,15	Excelência	2	53
Tribunal Superior Eleitoral	Superior	Grande	91,67	Excelência	3	56
Tribunal Superior do Trabalho	Superior	Grande	86,01	Aprimorado	4	74
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	Trabalho	Grande	97,61	Excelência	1	8

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Trabalho	Grande	97,45	Excelência	2	9
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	Trabalho	Pequeno	97,07	Excelência	3	12
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	Trabalho	Pequeno	96,62	Excelência	4	14
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	Trabalho	Médio	96,58	Excelência	5	15
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	Trabalho	Médio	96,56	Excelência	6	16
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	Trabalho	Médio	95,91	Excelência	7	18
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	Trabalho	Médio	95,55	Excelência	8	22
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Trabalho	Pequeno	95,51	Excelência	9	23
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	Trabalho	Pequeno	95,28	Excelência	10	24
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	Trabalho	Pequeno	95,16	Excelência	11	25
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	Trabalho	Pequeno	94,54	Excelência	12	32
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	Trabalho	Médio	94,52	Excelência	13	33
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	Trabalho	Pequeno	94,31	Excelência	14	35
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	Trabalho	Grande	93,91	Excelência	15	39
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	Trabalho	Grande	93,49	Excelência	16	43
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	Trabalho	Médio	93,40	Excelência	17	44
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	Trabalho	Pequeno	93,15	Excelência	18	48
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	Trabalho	Grande	92,31	Excelência	19	51
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	Trabalho	Pequeno	88,93	Aprimorado	20	67
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	Trabalho	Pequeno	88,30	Aprimorado	21	68
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	Trabalho	Médio	87,20	Aprimorado	22	71
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	Trabalho	Pequeno	82,79	Aprimorado	23	81
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	Trabalho	Médio	80,75	Aprimorado	24	85

6.3 Classificação por Porte – iGovTIC-JUD 2026

Nome do Órgão	Segmento	Porte	Resultado do iGovTIC-JUD 2026	Nível de Maturidade	Classi-ficação por Porte	Classi-ficação Geral
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo	Eleitoral	Grande	97,94	Excelência	1	6
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	Trabalho	Grande	97,61	Excelência	2	8
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Trabalho	Grande	97,45	Excelência	3	9
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia	Eleitoral	Grande	97,09	Excelência	4	11
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro	Eleitoral	Grande	94,77	Excelência	5	29
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	Trabalho	Grande	93,91	Excelência	6	39
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Estadual	Grande	93,87	Excelência	7	40
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Estadual	Grande	93,71	Excelência	8	41
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	Trabalho	Grande	93,49	Excelência	9	43
Superior Tribunal de Justiça	Superior	Grande	93,34	Excelência	10	45
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	Trabalho	Grande	92,31	Excelência	11	51
Superior Tribunal Militar	Superior	Grande	92,15	Excelência	12	53
Tribunal Superior Eleitoral	Superior	Grande	91,67	Excelência	13	56
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	Estadual	Grande	91,36	Excelência	14	58
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	Estadual	Grande	90,83	Excelência	15	61
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná	Eleitoral	Grande	90,50	Excelência	16	63
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	Estadual	Grande	87,70	Aprimorado	17	70
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Estadual	Grande	86,84	Aprimorado	18	72
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Federal	Grande	86,66	Aprimorado	19	73
Tribunal Superior do Trabalho	Superior	Grande	86,01	Aprimorado	20	74
Conselho Nacional de Justiça	Conselhos	Grande	84,44	Aprimorado	21	77
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais	Eleitoral	Grande	84,25	Aprimorado	22	78
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Federal	Grande	82,90	Aprimorado	23	80
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Conselhos	Grande	80,42	Aprimorado	24	86
Conselho da Justiça Federal	Conselhos	Grande	78,75	Aprimorado	25	87
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	Federal	Grande	74,39	Aprimorado	26	90

Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Federal	Grande	54,28	Satisfatório	27	94
Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e Territórios	Estadual	Médio	99,66	Excelência	1	1
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	Estadual	Médio	97,75	Excelência	2	7
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão	Eleitoral	Médio	97,39	Excelência	3	10
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	Trabalho	Médio	96,58	Excelência	4	15
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	Trabalho	Médio	96,56	Excelência	5	16
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Estadual	Médio	96,00	Excelência	6	17
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	Trabalho	Médio	95,91	Excelência	7	18
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	Trabalho	Médio	95,55	Excelência	8	22
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	Estadual	Médio	94,81	Excelência	9	27
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	Estadual	Médio	94,79	Excelência	10	28
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	Estadual	Médio	94,71	Excelência	11	30
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	Trabalho	Médio	94,52	Excelência	12	33
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	Estadual	Médio	94,34	Excelência	13	34
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	Trabalho	Médio	93,40	Excelência	14	44
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí	Eleitoral	Médio	92,65	Excelência	15	49
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	Estadual	Médio	92,23	Excelência	16	52
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco	Eleitoral	Médio	91,84	Excelência	17	55
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	Eleitoral	Médio	91,30	Excelência	18	59
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará	Eleitoral	Médio	91,26	Excelência	19	60
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul	Eleitoral	Médio	89,47	Aprimorado	20	66
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso	Eleitoral	Médio	88,03	Aprimorado	21	69
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	Trabalho	Médio	87,20	Aprimorado	22	71
Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba	Eleitoral	Médio	85,55	Aprimorado	23	75
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	Estadual	Médio	85,01	Aprimorado	24	76
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará	Eleitoral	Médio	81,66	Aprimorado	25	83
Tribunal Regional Federal da 6ª Região	Federal	Médio	81,65	Aprimorado	26	84
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	Trabalho	Médio	80,75	Aprimorado	27	85

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina	Eleitoral	Médio	70,46	Aprimorado	28	91
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	Federal	Médio	63,96	Satisfatório	29	93
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe	Eleitoral	Pequeno	99,44	Excelência	1	2
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Estadual	Pequeno	98,31	Excelência	2	3
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia	Eleitoral	Pequeno	98,05	Excelência	3	4
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Estadual	Pequeno	98,03	Excelência	4	5
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	Trabalho	Pequeno	97,07	Excelência	5	12
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá	Eleitoral	Pequeno	96,92	Excelência	6	13
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	Trabalho	Pequeno	96,62	Excelência	7	14
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima	Eleitoral	Pequeno	95,84	Excelência	8	19
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Estadual	Pequeno	95,64	Excelência	9	20
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	Estadual	Pequeno	95,63	Excelência	10	21
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Trabalho	Pequeno	95,51	Excelência	11	23
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	Trabalho	Pequeno	95,28	Excelência	12	24
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	Trabalho	Pequeno	95,16	Excelência	13	25
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo	Eleitoral	Pequeno	95,11	Excelência	14	26
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	Estadual	Pequeno	94,60	Excelência	15	31
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	Trabalho	Pequeno	94,54	Excelência	16	32
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	Trabalho	Pequeno	94,31	Excelência	17	35
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso do Sul	Eleitoral	Pequeno	94,26	Excelência	18	36
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte	Eleitoral	Pequeno	94,03	Excelência	19	37
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	Estadual	Pequeno	93,98	Excelência	20	38
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	Estadual	Pequeno	93,59	Excelência	21	42
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas	Eleitoral	Pequeno	93,29	Excelência	22	46
Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe	Estadual	Pequeno	93,22	Excelência	23	47
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	Trabalho	Pequeno	93,15	Excelência	24	48
Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	Militar	Pequeno	92,38	Excelência	25	50
Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	Estadual	Pequeno	91,98	Excelência	26	54

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre	Eleitoral	Pequeno	91,46	Excelência	27	57
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	Estadual	Pequeno	90,83	Excelência	28	62
Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais	Militar	Pequeno	90,42	Excelência	29	64
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	Estadual	Pequeno	89,85	Aprimorado	30	65
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	Trabalho	Pequeno	88,93	Aprimorado	31	67
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	Trabalho	Pequeno	88,30	Aprimorado	32	68
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Distrito Federal	Eleitoral	Pequeno	83,30	Aprimorado	33	79
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	Trabalho	Pequeno	82,79	Aprimorado	34	81
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins	Eleitoral	Pequeno	82,04	Aprimorado	35	82
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas	Eleitoral	Pequeno	78,62	Aprimorado	36	88
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	Estadual	Pequeno	78,07	Aprimorado	37	89
Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul	Militar	Pequeno	64,86	Satisfatório	38	92